



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ANA MARIA RODRIGUES MARQUES

**PRÁTICAS DOCENTES NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: RELAÇÕES DE ENSINO-
APRENDIZAGEM EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE NAZAREZINHO-PB**

CAJAZEIRAS-PB

2018

ANA MARIA RODRIGUES MARQUES

**PRÁTICAS DOCENTES NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: RELAÇÕES DE ENSINO-
APRENDIZAGEM EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE NAZAREZINHO-PB**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Graduação em Pedagogia, Licenciatura

Orientadora: Prof Esp. Adriana Moreira de Souza Corrêa

CAJAZEIRAS-PB

2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)

Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764

Cajazeiras - Paraíba

M357p Marques, Ana Maria Rodrigues.

Práticas docentes na educação inclusiva: relações de ensino-aprendizagem em uma escola do município de Nazarezinho-PB / Ana Maria Rodrigues Marques. - Cajazeiras, 2018.

71f.

Bibliografia.

Orientadora: Profa. Esp. Adriana Moreira de Souza Corrêa.

Monografia (Licenciatura em Pedagogia) UFCG/CFP, 2018.

ANA MARIA RODRIGUES MARQUES

PRÁTICAS DOCENTES NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: RELAÇÕES DE ENSINO-
APRENDIZAGEM EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE NAZAREZINHO-PB

Monografia apresentada ao curso de
Licenciatura em Pedagogia do Centro de
Formação de Professores da
Universidade Federal de Campina
Grande, como requisito parcial para
obtenção do título de Graduação em
Pedagogia, Licenciatura.

Orientadora: Prof^ª. Esp. Adriana Moreira
de Souza Corrêa

Aprovado em: 24/07/2019.

BANCA EXAMINADORA

Adriana Moreira de Souza Corrêa

Prof^ª. Esp. Adriana Moreira de Souza Corrêa – UAL/CFP/UFCCG

Orientadora

Herica Paiva Pereira

Prof^ª Dr^ª Herica Paiva Pereira – UAL/CFP/UFCCG

Examinadora 1

Edilson Leite da Silva

Prof. Me. Edilson Leite da Silva – UACEN/CFP/UFCCG

Examinador 2

Dedico este trabalho a toda minha família, em especial, a minha mãe Maria dos Remédios, pelo encorajamento diante dos momentos difíceis vividos no decorrer da minha vida acadêmica. O meu sentimento é de eterna gratidão tendo em vista tudo aquilo que fez e faz por mim.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus que me proporcionou este momento de vitória e glória.

Ao meu noivo, pela compreensão, paciência e carinho no decorrer de toda minha caminhada acadêmica.

Aos meus pais, Maria dos Remédios e Lindon Jonshon, por terem me ensinado desde criança, que a maior riqueza que se dá ao um filho é o conhecimento. Minha eterna gratidão por não medirem esforços em proporcionar oportunidades para que eu pudesse chegar até aqui.

A minha orientadora, Adriana Corrêa, que durante as orientações contribuiu de maneira significativa, com paciência e opiniões pertinentes que foram relevantes para a realização desse trabalho acadêmico e para minha vida profissional.

Enfim, a todos os professores que fizeram parte desta jornada acadêmica, muito obrigada pelos saberes compartilhados, pelas críticas construtivas e pelos grandes momentos de alegria que me proporcionaram enquanto fui aluna desta instituição.

*Inclusão é sair das escolas dos diferentes
e promover a escola das diferenças.*

(MariaTeresa Égler Mantoa

RESUMO

O trabalho intitulado: Práticas docentes na Educação Inclusiva: Relações de ensino-aprendizagem em uma escola do município de Nazarezinho-PB, objetiva compreender as dificuldades vivenciadas pelos professores que trabalham com crianças com deficiência em salas do ensino regular. Para tanto, como objetivos específicos delimitamos os seguintes: conhecer os pressupostos da educação inclusiva; averiguar, na literatura, os possíveis obstáculos que se apresentam aos profissionais da educação ao trabalharem na perspectiva de inclusão; identificar, mediante dos dados coletados a partir das falas dos profissionais sobre, os problemas enfrentados pelos docentes que atuam nessa modalidade da educação; e, por último, apresentar os avanços que o processo de inclusão trouxe para a prática pedagógica dos professores da escola estudada. Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa foi orientada na perspectiva da abordagem qualitativa, seguindo os critérios de estudo de caso. Como instrumentos de coleta de dados utilizamos a pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas, realizadas com professores que trabalham nas classes inclusivas, dos anos iniciais do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino da cidade de Nazarezinho. Através desses instrumentos buscamos verificar os aspectos que contribuem para a execução da proposta do ensino baseado na perspectiva da inclusão. Na composição das reflexões contidas neste trabalho, consideraremos questões como: formação de professores, componentes curriculares, acessibilidade, adaptação do ambiente escolar, recursos pedagógicos, bem como a participação dos familiares na educação dessas crianças e a contribuição do Poder Público para a implementação da proposta inclusiva. Para a realização desse trabalho nos pautamos na contribuição de teóricos como: Maria Tereza Égler Mantoan, Rosita Edler Carvalho, Solange Merino Rogalski, Romeu Sassaki, entre outros. De acordo com os resultados apurados, percebemos que ainda existem inúmeras lacunas que dificultam a execução da prática inclusiva como, por exemplo: a ausência de recursos didáticos suficientes, inadequação na formação docente, questões referentes à acessibilidade, falta de incentivo do poder público entre outros.

Palavras-chave: Inclusão. Dificuldades. Professores Anos Iniciais. Educação.

ABSTRACT

The work titled: Teaching practices in Inclusive Education: Teaching-learning relationships in a school in the municipality of Nazarezinho-PB, aims to understand the difficulties experienced by teachers working with children with disabilities in regular teaching rooms. For this purpose, as specific objectives we delimit the following: to know the assumptions of inclusive education; to investigate, in the literature, the possible obstacles that present themselves to the professionals of the education when they working in the perspective of inclusion; identify, through the data collected from the speeches of the professionals about the problems faced by the teachers who work in this modality of education; and, finally, to present the advances that the process of inclusion brought to the pedagogical practice of the teachers of the school studied. In order to achieve the proposed objectives, the research was oriented from the perspective of the qualitative approach, following the criteria of case study. As data collection instruments, we used bibliographical research and semi-structured interviews carried out with teachers working in the inclusive classes, from the initial years of Elementary School, of the municipal teaching network of the city of Nazarezinho. Through these instruments we seek to verify the aspects that contribute to the execution of the teaching proposal based on the inclusion perspective. In the composition of the reflections contained in this study, we will consider issues such as: teacher training, curricular components, accessibility, adaptation of the school environment, pedagogical resources, as well as the participation of family members in the education of these children and the contribution of the Government to the implementation of the inclusive proposal. For the realization of this work we are guided by the contribution of theorists such as: Maria Tereza maddocks, Rosita Edler Carvalho, Solange Merino Rogalski, Romeo Sasaki, among others. According to the results, we realized that there are still many gaps that hinder the implementation of inclusive practice, such as: the lack of sufficient didactic resources, inadequacy in teacher training, issues relating to accessibility, lack of incentive of public power, among others.

Keywords: Inclusion. Difficulties. Teachers. Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAE	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais
CNE	Conselho Nacional de Educação
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NEE	Necessidades Educacionais Específicas
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDE	Plano de Desenvolvimento da Escola
PNAIC	Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa
PPP	Plano Político Pedagógico
PB	Paraíba
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UVA	Universidade Estadual do Vale do Acaraú

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Caracterização dos educadores.....33
Quadro 2	Informações sobre os dados obtidos.....35
Quadro 3	Percepções sobre educação inclusiva.....40
Quadro 4	Percepções sobre formação docente42
Quadro 5	Percepções sobre a realização da educação inclusiva44
Quadro 6	Dificuldades dos professores.....46
Quadro 7	Dificuldades enfrentadas pela docente.....47
Quadro 8	Acessibilidade Física.....49
Quadro 9	Recursos didáticos.....50

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	14
2.1 INTEGRAÇÃO OU INCLUSÃO?	14
2.2 DELINEANDO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	15
2.2.1 A educação inclusiva nos documentos legais	16
2.2.2 Conceituando a Educação Inclusiva a partir das pesquisas na área.....	20
2.2.2.1 Reformulação dos pressupostos da educação	20
2.2.2.2 Reorganização do ambiente escolar.....	21
2.2.2.3 Formação docente	22
2.2.2.4 Relação entre escola, família e comunidade.....	24
2.2.2.5 Obstáculos à implementação da educação inclusiva.....	27
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	29
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	30
3.2 CARACTERIZAÇÃO DO LÓCUS DA PESQUISA	31
3.3 SUJEITOS DA PESQUISA	32
3.4 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	33
3.5 ANÁLISE DOS DADOS	35
4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS DA PESQUISA	37
4.1 TEMA 1: CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA	38
4.2 TEMA 2: SABERES ADQUIRIDOS NA FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA	41
4.2.1 Percepções sobre educação inclusiva.....	44
4.3 TEMA 3: DIFICULDADES ENFRENTADAS NO TRABALHO COM ALUNOS COM DEFICIÊNCIA	45
4.4 TEMA 4: ACESSIBILIDADE FÍSICA E RECURSOS PEDAGÓGICOS	48
4.5 SOBRE OS DADOS DA ENTREVISTA	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56
APÊNDICE	59
ANEXOS	64

1. INTRODUÇÃO

O estudo em tela se propõe a identificar as dificuldades enfrentadas pelos professores do Município de Nazarezinho-PB no trabalho com crianças com deficiência, visando estudar as barreiras que os docentes encontram ao desenvolver suas práticas pedagógicas com esses educandos.

Diante disso, propomo-nos a realizar uma pesquisa de campo, em uma escola pública da cidade de Nazarezinho-PB, a fim de compreender a realidade enfrentada pelos professores no cotidiano escolar. De acordo com Carvalho (2012), estes docentes sofrem dificuldades para implementar a educação inclusiva, sendo que essas barreiras vão desde a ausência de adaptação das estruturas físicas, à falta de investimentos em capacitações, para que, diante dos conhecimentos obtidos com as formações, possam desenvolver o seu trabalho com qualidade de modo a atender às necessidades educacionais específicas - NEE dos alunos.

A autora destaca que as limitações apresentadas pelos alunos com NEE variam o processo de aquisição de conhecimentos favoráveis no desenvolvimento, sejam eles referentes aos aspectos físicos, motores, cognitivos e afetivos de cada discente.

Destacamos que a perspectiva de inclusão está centrada na ideia de propor uma educação de qualidade, que considere as habilidade e as dificuldades dos educandos, atendendo-os de maneira ampla e, portanto, que sejam respeitadas as diversidades de ser, aprender, conviver e fazer, apresentadas por cada criança. Independentemente de sabermos os pressupostos e as ações inerentes à proposta da educação inclusiva, é preciso atentar para as seguintes questões: As escolas que atendem crianças com deficiência estão acessíveis para que esses educandos desenvolvam sua autonomia? O sistema educacional oferece aos professores e aos demais funcionários, capacitações para a atuação na perspectiva de inclusão?

Diante disso, ressaltamos que, conforme disposto no Art.58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996, as crianças com deficiência (seja física, motora, intelectual, etc), devem estudar, preferencialmente, nas salas de ensino regular. Contudo, esta inserção, na maioria das vezes, é realizada apenas como maneira de cumprir as exigências legais, sem que haja nenhum tipo de investimento em adaptações na escola e na formação para os profissionais que contribuirão no seu processo educacional. (SASSAKI, 1997).

Segundo Carvalho (2012) a inclusão de crianças com deficiência no ensino regular ainda é vista pela comunidade escolar como uma problemática a ser discutida, a fim de encontrar caminhos para viabilizá-la. Independentemente de existirem diversas leis que asseguram esse direito, o sistema educacional brasileiro ainda encontra dificuldades em implementar essa modalidade educacional.

Dentre esses documentos, podemos citar a Constituição Federal do Brasil, a Lei nº 7.689/1988, que no inciso III, do Art. 208, deixa claro que a escola precisa ofertar o Atendimento Educacional Especializado “aos portadores de deficiência” (nomenclatura utilizada na época).

Com ênfase nas leituras e pesquisas realizadas sobre educação inclusiva, definimos, como objetivo geral para esse Trabalho de Conclusão de Curso - TCC: compreender as dificuldades enfrentadas pelos professores do ensino fundamental no trabalho com crianças com deficiência. Como objetivos específicos, destacamos: conhecer os pressupostos da educação inclusiva; averiguar os possíveis obstáculos que se apresentam aos profissionais da educação ao trabalharem na perspectiva de inclusão; refletir, com base na literatura, sobre os problemas enfrentados pelos docentes; e, por último, apresentar os avanços que o processo de inclusão trouxe para a prática pedagógica dos professores da escola estudada.

Nesta ótica, desejamos que esse trabalho possa contribuir para que os professores da educação básica reconheçam que a educação inclusiva é um direito de todos os indivíduos, a fim de que se comprometam em oferecer, a esses alunos, uma educação de qualidade, respeitando as necessidades de cada um e, assim, contribua no sentido de promover avanços significativos na vida de cada criança.

Para tanto, com o intuito realizarmos este trabalho, optamos por uma abordagem qualitativa, utilizando como instrumento de coleta de dados a pesquisa bibliográfica e a entrevista semi-estruturada. Essas interlocuções foram realizadas com os docentes que trabalham em classes inclusivas, dos anos iniciais do ensino fundamental. Mediante as informações recolhidas por meio desse instrumento, foi possível conhecer, descrever e refletir sobre o contexto que os professores estão inseridos, bem como suas respectivas dificuldades vivenciadas no decorrer na sua prática pedagógica em classes inclusivas.

Com o propósito de desenvolver uma melhor compreensão da temática em estudo, o trabalho foi organizado em quatro capítulos: O primeiro aborda um panorama geral de tudo o que irá conter o trabalho de conclusão de curso.

O segundo capítulo aborda o contexto histórico e os documentos legais que marcam os avanços significativos sobre o processo de Inclusão nas escolas brasileiras. Nesta seção abordaremos aspectos como, a diferenciação entre os conceitos de integração e inclusão e a relação entre escola, família e comunidade.

No capítulo 3 tratamos dos procedimentos metodológicos utilizados no decorrer de todo trabalho. Para finalizar o capítulo 4 trata das análises dos dados coletados durante a pesquisa de campo, e as reflexões a partir dos estudos bibliográficos.

2. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Apesar de sabermos que a educação inclusiva é fundamental para o desenvolvimento do processo educacional humano, humanizado e, conseqüentemente, democrático, a história nos revela que, desde a antiguidade, as pessoas que nasciam com deficiência eram vítimas de marginalização, discriminação e abandono. E, essas atitudes eram apenas uma repercussão do modo de pensar e viver da sociedade pautada nos aspectos religiosos, culturais, econômicos e políticos daquela época.

Segundo Carvalho (2013), na Roma antiga, as crianças que nasciam com deficiência eram, automaticamente, consideradas fora dos padrões de perfeição da época e, por isso, logo após o nascimento, eram mortas. Em outras civilizações existentes na antiguidade clássica, o tratamento dado a estes indivíduos não era diferente, pois neste período da história, a manutenção do padrão de ser humano fixado por cada sociedade era mais importante do que o respeito às diferenças.

Na Idade Média as crianças com deficiência deixaram de ser assassinadas precocemente e passam a ter o direito à vida, contudo, nesta fase, a deficiência estava relacionada ao pecado e às coisas profanas da época.

Já no fim da Idade Moderna, surgem as primeiras instituições de ensino voltadas para atender às necessidades das pessoas com deficiência, mas funcionavam em uma perspectiva segregadora, ou seja, em escolas especializadas (SOARES; CARVALHO, 2012).

2.1 INTEGRAÇÃO OU INCLUSÃO?

Antes de tratar da Educação Inclusiva, é necessário realizar algumas discussões, pautadas nos estudos de Werneck (1997), Aranha (1996) e Sasaki (1997), que apontam as questões referentes à conceituação de integração e de inclusão, procurando estabelecer diferenças entre elas.

De acordo com Werneck (1997), o termo integração é caracterizado apenas em colocar a pessoa em determinado lugar na sociedade sem que sejam propostas a ela condições ou mecanismos para se desenvolver. Já o conceito inclusão pressupõe a inserção das pessoas com deficiência ou grupos de pessoas

marginalizados em qualquer esfera social, oferecendo-lhes condições para seu desenvolvimento intelectual e social.

Sassaki (1997), ressalta que os termos integração e inclusão são maneiras de incorporação das pessoas com deficiência em meio à sociedade, mas que ambas apontam significados diferentes. Para o autor, o termo integração é referenciado tendo por base os anos de 1960-70, no qual os médicos da época buscavam manipular pessoas para que se tornassem aptas aos padrões sociais da época. Em contrapartida o termo inclusão faz referência a incluir todas as pessoas, independente das suas características, nos diferentes segmentos da sociedade fazendo com que essas pessoas se sintam acolhidas e respeitadas, como também garantindo a sua integridade física e moral sendo possível formar cidadãos críticos e participativos.

Aranha (1996) apresenta que a ideia de inclusão é pautada na diversidade existente na sociedade, garantindo assim a presença de todos os indivíduos dando-lhes oportunidades e direitos, respeitando as suas individualidades. Diante disso, compreendemos que a inclusão deve ocorrer de forma coletiva, não se limitando a colocar uma criança com deficiência em salas de ensino regular, sem um planejamento necessário e uma avaliação dos métodos e recursos adequados. Ao contrário, precisa ocorrer de forma sistemática, para que esse educando possa se sentir capaz de desenvolver suas habilidades.

2.2 DELINEANDO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O termo educação inclusiva surge com a reivindicação e a luta dos movimentos internacionais em prol do direito de participação social da pessoa com deficiência. Inicialmente, estes grupos não militavam com essa denominação e nem tampouco com a consistência que hoje impera. O movimento inclusivo ganhou mais visibilidade com o surgimento da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, em 1954. A partir das reivindicações desse movimento os órgãos responsáveis pela educação decidiram aumentar o número de escolas que atendiam esse público, fortalecendo aos movimentos presentes em diversas partes do mundo como nos Estados Unidos, Europa e a parte inglesa do Canadá.

Essa organização popular cresceu e conquistou vários adeptos, sendo essa ampliação resultado de vários fatores. Entre eles, destacamos a fase Pós-Segunda Guerra Mundial, na qual, os feridos que voltavam da guerra com deficiência, recebiam tratamento especial, porque a visão capitalista que regia as relações sociais incentivava que os soldados fossem reabilitados e voltassem a produzir.

Em favor desses soldados, surgiu uma legião multidisciplinar, composta por cidadãos que, de algum modo, se sentiam responsáveis pelos soldados que tanto lutaram para defender sua pátria e, portanto, passaram a defender melhores condições sociais a esses ex-combatentes. Apesar dos danos e perdas oriundos da guerra, podemos afirmar que, neste aspecto, o saldo foi positivo tendo em vista que o mundo começou a conhecer e a acreditar na capacidade das pessoas com deficiência.

É conveniente destacar que a perspectiva de inclusão nasce a partir da criação de projetos e leis que estabelecem orientações voltadas para oferecer apoio às pessoas com deficiência e, por esta razão, são privadas de participar ativamente da sociedade civil. Essas leis foram desenvolvidas com o interesse de melhorar a qualidade de vida dessas pessoas, para que interagissem com o meio social, podendo assim, expressar seus pensamentos como qualquer cidadão. Neste sentido, Rogalski (2010, p. 2) explana que:

No Brasil, até a década de 50, praticamente não se falava em Educação Especial. Foi a partir de 1970, que a educação especial passou a ser discutida, tornando-se preocupação dos governos com a criação de instituições públicas e privadas, órgãos normativos federais e estaduais e de classes especiais.

Em consonância com Rogalski (2010), Soares e Carvalho (2012) indicam que, até o fim da segunda guerra mundial, a educação de pessoas com deficiência, no Brasil, ocorria em escolas segregadas. Para as autoras, somente em 1950, a crítica a este modelo educacional começou a ganhar forma.

2.2.1 A educação inclusiva nos documentos legais

Nesta ótica, a educação especial no Brasil surgiu diante de muitas lutas, organizações e leis favoráveis às pessoas com deficiência. Dentre as legislações

que apoiaram o movimento destacamos aprovação da a Constituição Federal, Lei nº 7.689/1988, a Declaração de Salamanca (1994), a LDB nº 9.394/1996, os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN e a Resolução CNE/CEB 02/2001.

A Constituição Federal de 1988 é uma das primeiras Leis que discorrem claramente sobre a educação inclusiva, ao passo que, no Art. 205, determina a educação para todos, como dever do estado e da família, apoiada pela sociedade civil, com o objetivo de proporcionar o pleno desenvolvimento individual, para o exercício da cidadania e inserção profissional da pessoa com deficiência favorecendo a inserção na vida em sociedade.

Ainda sobre essa Lei, Mantoan (2006, p. 26) afirma que “[...] toda escola deve atender aos princípios constitucionais sem excluir nenhuma pessoa em decorrência de sua origem, raça, sexo, cor, idade ou deficiência”. Nesta perspectiva, o ambiente escolar deve ser organizado de modo a proporcionar aos discentes os ensinamentos de diferentes culturas presentes na sociedade. Além disso, deve considerar o cotidiano vivenciado por cada criança, e a valorização destes conhecimentos tanto pelo currículo escolar, quanto na realização das atividades pedagógicas considerando que estas devem ser desenvolvidas com intencionalidade e significação no processo de aprendizagem do educando.

Diante do exposto, o referido documento define a Educação Especial, como uma proposta educativa voltada para todos, realizada em parceria com a escola, a família e o Estado e que visa a inserção social da pessoa com deficiência.

Vale salientar, para que possamos entender as conquistas para o acesso e à qualidade da educação que influenciaram o processo histórico e educacional brasileiro, faz-se necessário compreender a participação do Brasil nos movimentos mundiais em prol da implementação de um sistema inclusivo. Nesse sentido, Rocha e Miranda (2009, p. 29) explicam que:

Ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para Todos firmada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, e ao mostrar consonância com os postulados produzidos em Salamanca, na Espanha em 1994 na Conferência Mundial Sobre Necessidades Educacionais Especiais; acesso e qualidade, o Brasil fez opção pela construção de um sistema educacional inclusivo.

Entre os documentos citados, destacamos a Declaração de Salamanca, um documento oriundo das discussões realizadas na Conferência Mundial sobre

Educação Especial, em de 1994. A partir das discussões ocorridas nesse evento, foi construído o primeiro registro compartilhado internacionalmente que discorre, especificamente, sobre as ações que devem ser consideradas para a implementação da educação inclusiva. Essa declaração, da qual o Brasil é signatário, trata das adaptações e dos recursos necessários para atender as NEE, quanto às ações realizadas pelas escolas, de modo a oferecerem um serviço de qualidade aos alunos, para que as particularidades de todos os educandos sejam atendidas de forma íntegra.

A referida declaração traz ainda, em seu texto, o princípio de que todos devem aprender juntos, independentemente de talento, cor, raça, ou condição física, princípios, que como vimos anteriormente na afirmação de Mantoan (2006), e que também integram a Constituição Federal Brasileira.

Segundo a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - UNESCO (1994), no ponto 2, a introdução da Declaração de Salamanca preconiza algumas diretrizes básicas para formular propostas para o surgimento do movimento social de inclusão e declara reafirmar o que foi disposto na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Desse modo, a Declaração de Salamanca teve como objetivo apresentar um olhar mais humanizado voltado para a atenção à pessoa com deficiência, de modo a sensibilizar e orientar a sociedade a abrir as portas das escolas para promover uma educação de qualidade e respeito às pessoas com deficiência.

Karagiannis, Stainback e Stainback (1999) explicam que as propostas da Declaração de Salamanca, são norteadas pelos quatro princípios apresentados a seguir: educação é direito de todos (independente das diferenças individuais); toda criança possui características específicas; a escola deve adaptar-se as especificidades dos alunos, e não os alunos as especificidades da escola; o ensino deve ser diversificado e realizado num espaço comum a todas as crianças.

Sobre a LDB nº 9.394/1996, Locatelli e Vagula (2009, p. 77-78) fazem algumas referências, chamando a atenção sobre a seguinte questão:

A importância dessa lei não pode ser subestimada uma vez que ela institui a obrigatoriedade do portador¹ de necessidades educacionais especiais frequentarem a rede regular de ensino ao mesmo tempo em que estabelece a criação de serviços de apoio especializado nas

¹ Portador nomenclatura utilizada em 1996 para definir as pessoas com deficiência.

escolas regulares, além de prescrever para o sistema de ensino organização curricular específica com métodos, técnicos e recursos educacionais adequados a esses educando.

Nesta perspectiva, ao considerarmos a legislação educacional brasileira atual precisamos garantir, a todas as crianças com deficiência o direito de frequentarem as salas de ensino regular nas escolas públicas. Por este ângulo, é conveniente respaldar que essas unidades escolares têm o dever de acolher a multiplicidade de diferenças existentes na sociedade, refletindo sobre a reorganização dos espaços existentes. Neste sentido, precisamos refletir sobre o ambiente educacional que necessitamos construir para que, esse espaço educativo inclusivo, seja capaz de valorizar as capacidades individuais de cada criança.

Além da LDB, os PCN orientam que:

A atenção à diversidade da comunidade escolar baseia-se no pressuposto de que a realização de adaptações curriculares deve atender a necessidades particulares de aprendizagem dos alunos. (BRASIL, 1998, p. 23)

Nesta ótica, os documentos citados acima destacam que os sistemas educativos devem ser planejados e aplicados, visando o reconhecimento das diferenças e necessidades que cada aluno possui independentemente da sua necessidade individual.

Por fim, apresentamos a Resolução do Conselho Nacional de Educação – CNE / CEB n. 02, de fevereiro de 2001, estabelece que para garantir a educação inclusiva de qualidade nas escolas de ensino regular é necessário observar o que está disposto no parágrafo único, do Art. 3º desse documento, ao demonstrar que:

Os sistemas de ensino devem constituir e fazer funcionar um setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiras que viabilizem e dêem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva. (BRASIL, 2001, p. 1)

Observamos assim, que muitos fatores estão assegurados legalmente para que a Educação especial, na perspectiva da inclusão ocorra nas escolas brasileiras. Na sequência, destacamos o que os pesquisadores da área, selecionados para compor esse trabalho, discutem sobre o assunto.

2.2.2 Conceituando a Educação Inclusiva a partir das pesquisas na área

Após tratarmos de algumas das Leis que nos permitem compreender a educação inclusiva, abordaremos conceitos abordados por pesquisadores da área. Conforme Carvalho (2013, p. 65).

A proposta de educação inclusiva traduz uma aspiração antiga, se devidamente compreendida como educação de boa qualidade para todos e com todos buscando-se meios e modos de remover as barreiras para a aprendizagem e para a participação dos aprendizes, indistintamente.

Neste sentido, o indivíduo com deficiência tem suas características próprias, que muitas vezes são desconsideradas no âmbito educativo, entretanto, para que a educação inclusiva seja efetivada, é necessário que haja uma reorganização, não só dos aspectos físicos, como também na formação de cada profissional que atuará junto a este educando. Essa reorganização é necessária considerando as afirmações de Werneck (1997), Aranha (1996), Sasaki (1997) que não é a criança que precisa buscar estratégias para se integrar nas atividades promovidas na sala de aula, mas é a escola que precisa repensar os pressupostos e a organização das ações de modo a inserir o estudante com deficiência.

Deste modo, discutimos sobre 4 pontos que consideramos relevantes para a implementação da educação inclusiva: a reformulação dos pressupostos da educação, a reorganização do ambiente escolar, a formação docente e a relação entre a escola, a família e a comunidade.

2.2.2.1 Reformulação dos pressupostos da educação

A organização do ensino está diretamente relacionada aos pressupostos e às abordagens que os educadores selecionaram para organizar a educação. Portanto, a educação inclusiva pressupõe uma mudança na forma de conceber a prática educativa para, em um segundo momento, buscar formas de reorganizá-la de modo a atender a todos os estudantes. De acordo com Locatelli e Vagula (2009, p. 5):

A concepção da escola inclusiva deve reconhecer as diferenças humanas como normais e a aprendizagem centrada nas potencialidades do sujeito, em vez de impor aos educandos rituais pedagógicos pré-estabelecidos.

Nesse sentido, a ideia da educação inclusiva para todos necessita ser compreendida como uma obrigação a ser proposta pelo Estado, mas que deve contar com o apoio da sociedade civil para a sua concretização desde o planejamento até a realização das práticas inclusivas.

2.2.2.2 Reorganização do ambiente escolar

A mudança das concepções que embasam a educação leva à compreensão de que o ambiente escolar necessita ser pensado como um espaço para promover a socialização e o aprendizado de todos os alunos. Para isso, a escola precisa fomentar atividades que favoreçam o desenvolvimento das habilidades de cada criança, contribuindo assim, para o convívio de maneira respeitosa tanto entre os educandos quanto desses com os educadores. Desse modo, concebemos o ambiente escolar como somatório do espaço físico e as relações que nele se estabelecem. A escola deve ser um local que favorece a aquisição de conhecimentos mediados por atividades que minimizem as barreiras de acesso desses estudantes. Goffredo (1999, p. 31), acrescenta:

Frente a esse novo paradigma educativo, a escola deve ser definida como uma instituição social que tem por obrigação atender todas as crianças, sem exceção. A escola deve ser aberta, pluralista, democrática e de qualidade. Portanto, deve manter as suas portas abertas às pessoas com necessidades educativas especiais.

Com isso, Locateli e Vargula (2009) ressaltam que o ambiente escolar deve ter por objetivo criar mecanismos políticos e pedagógicos que permitam a obtenção de conhecimentos e a conscientização do respeito às diferenças.

Nesta perspectiva, podemos perceber que, além disso, há a necessidade de organizar uma estrutura física para assegurar a permanência desses alunos no âmbito educacional em salas do ensino comum inclusivo. É notável que o acesso à escolarização desses alunos chegue a acontecer, porém, a estrutura do espaço, os materiais pedagógicos são inadequados.

Por esta razão, é preciso promover a conscientização dos direitos e da necessidade de respeito às diferenças, tanto pelos educadores, quanto pela sociedade, que precisa entender e defender a proposta do ensino de qualidade para todos. Neste contexto, a inclusão escolar e social deve ser vista como uma ação pautada na criação de mecanismos que promovam a participação ativa das pessoas com NEE, tanto no acesso físico aos diferentes espaços sociais, quanto no que se refere à tomada de decisões. Neste sentido, retomando a Declaração de Salamanca (1994), destacamos que:

Qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados. Pais possuem o direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação mais apropriada às necessidades, circunstâncias e aspirações de suas crianças (BRASIL, 1994).

Assim, o âmbito escolar deve conter, em sua estrutura, meios que possam garantir o relacionamento entre todos os alunos, mediante a vivência de atividades que minimizem barreiras que impedem a plena participação dos educandos, como a discriminação. Para tanto, as ações devem possibilitar aos alunos uma maior interação beneficiando, dessa maneira, o desenvolvimento dos aspectos cognitivos, sociais, afetivos e motores de cada criança.

Diante disso, percebermos que a organização democrática e participativa pode contribuir no progresso dos educandos, favorecendo a superação das dificuldades e dos entraves que impedem seu crescimento pessoal e intelectual.

2.2.2.3 Formação docente

Para que o processo Inclusivo seja realizado de forma íntegra, conforme prevê a legislação e assim traga as contribuições necessárias para esses educandos, é preciso que professores e demais profissionais da educação tenham acesso a formações adequadas à atuação na educação inclusiva. Essa capacitação é necessária com o objetivo de favorecer que os docentes, desenvolvam ações pedagógicas, capazes de atender as necessidades e aos interesses de todos os alunos. Diante disso, no parágrafo III, do Art. 59 da LDB afirma que é necessário inserir “professores com especialização adequada em nível médio ou superior para

atendimento especializado bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (BRASIL, 1996, p. 22).

A Resolução nº 02/2001, no Art. 8º, faz a diferenciação entre professores capacitados e professores especializados. Os professores capacitados são aqueles que apresentaram em sua formação, conteúdos relacionados à educação inclusiva, desenvolvendo competências que auxiliassem na percepção das necessidades educacionais dos alunos, como também, das modificações nas ações pedagógicas a fim de adequar as metodologias utilizadas para favorecer as especificidades dos alunos, refletirem de maneira avaliativa a sua prática docente. Enquanto os professores especializados são aqueles que seguem os mesmos critérios dos professores capacitados, comprovando cursos específicos nas áreas de educação inclusiva, e pós-graduação em áreas referentes à educação inclusiva.

Neste sentido, a formação desses docentes torna-se imprescindível para a obtenção de resultados satisfatórios no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, diante desses novos conhecimentos os educadores poderão aprimorar as práticas pedagógicas dentro da unidade escolar, assegurar as condições favoráveis para o desenvolvimento do conhecimento, respeitando as limitações e potencialidades de cada criança.

Diante disso, podemos encontrar inúmeras dificuldades que, se não forem trabalhadas da maneira correta pelos profissionais da unidade escolar, podem levar esses alunos a serem encaminhados de maneira equivocada para espaços educacionais segregados ou mesmo a ações segregativas existentes no âmbito educacional, tais como a exclusão de atividades, a punição por tarefas que não conseguiram realizar (como reprovação ou outras).

Nesta perspectiva, Mantoan (2001, p. 80) nos convida a refletir sobre a seguinte questão:

Pensamos que sabemos tudo e que nada nos desafia, na nossa especificidade, na nossa competência de ensinar: queremos que os alunos se acomodem se envaideçam por só terem aprendido o velho, aquilo que nós sabemos e lhes ensinamos.

Vale ressaltar que, os ambientes escolares inclusivos devem compreender que o processo de ensinar e aprender necessitam ser realizados de forma dinâmica, considerando que os aspectos de aprendizagem não se fixam somente nos espaços

físicos da escola e nem nos discentes, como agentes passivos que apenas recebem informações que lhe são transmitidas.

É interessante salientar que o professor que trabalha mediante a proposta inclusiva necessita de oportunidades para refletir sobre a prática docente, vivenciando o processo pedagógico, mobilizando competências e habilidades para sua ação em sala de aula. Deste modo, o docente proporcionará condições de independência e autonomia para o aluno, buscando alternativas criativas diante das dificuldades encontradas no contexto educacional. Para isso, na realização do trabalho pedagógico, o docente precisa incorporar mecanismos que incentivem o respeito às diferenças, facilitando o relacionamento com os demais sujeitos, com a intenção de propor uma busca eficiente na construção coletiva de uma sociedade plural e democrática onde todos possam ter direito a uma educação pública eficaz.

A experiência em sala de aula proporciona condições de independência significativa para que o educador busque interagir com as diferentes esferas do conhecimento de forma interdisciplinar, oportunizando aos discentes saberes e, utilizando-se, assim, de diferentes metodologias que são aplicadas e associadas, envolvendo a teoria e prática, na busca por uma educação eficaz e de qualidade.

Considerando a temática referente à formação profissional do professor, Marques (2001, p. 145) discorre que:

Ressignificar o ensino e a formação dos professores implicam uma reorganização do trabalho escolar na qual os diversos aspectos da prática pedagógica: Organização das turmas, planejamento, objetivo, conteúdo, métodos, recursos didáticos pedagógicos, relação professor-aluno e avaliação, sejam vislumbrados dentro de uma concepção educacional inclusiva.

Diante disso, o trabalho docente e a experiência leva a refletir que a formação do professor é uma tarefa bastante árdua, na qual, se faz necessário o repensar da sua prática cotidiana, considerando os conhecimentos teóricos discutidos na área. A partir dessas ações, a perspectiva inclusiva poderá se efetivar de maneira eficaz e eficiente para todos que fazem parte dessa proposta.

2.2.2.4 Relação entre escola, família e comunidade

A educação está presente em todos os espaços sejam eles escolares ou não escolares, nos quais o processo educativo pode seguir uma proposta de igualdade ao favorecimento de oportunidades para todos.

Freire (1999, p. 25) declara que “ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção ou a sua construção”. Nesta perspectiva, podemos compreender a educação como processo de construção de conhecimento, sendo o professor um agente facilitador da aprendizagem, que visa criar situações que considerem as particularidades de cada criança e, a partir daí, promova situações que estimulem a autonomia do educando permitindo a ele desenvolver suas habilidades e competências no âmbito educacional que ela se encontra.

Vale ressaltar que o professor de uma sala inclusiva deve ser um mediador do conhecimento, atuando numa perspectiva de aplicar conteúdos de maneira interdisciplinar, considerando os saberes que os estudantes desenvolveram em outros espaços escolares e planejar considerando as particularidades de cada aluno, para que haja um envolvimento e participação nas atividades propostas.

No processo da aprendizagem da criança é relevante ressaltar a relação escola-família-comunidade, destacando o significativo papel que cada um desses grupos pode exercer, com o objetivo de proporcionar ambientes e situações que auxiliem o desenvolvimento integral do estudante. Neste sentido, a relação que se estabelece aqui, diz respeito à complementação e continuidade do trabalho dos agentes dos três grupos envolvidos nesse processo.

A família, como grupo primário de convivência, tem um papel relevante na mediação da construção do desenvolvimento individual e social da criança, contribuindo para a sua integração na sociedade, bem como deve participar da escola, dando continuidade às atividades propostas nesse espaço. E a escola, considerado o grupo secundário, exerce um papel formador, sendo responsável por tornar acessível o conhecimento escolar, formação individual e social. É neste sentido que a Declaração de Salamanca (1994, p.14), discorre que as escolas:

[...] constituem um meio favorável a construção da igualdade de oportunidades da completa participação; mas, para ter êxito, requerem um esforço comum, não só dos professores e do pessoal restante da escola, mas também dos colegas, pais, famílias e voluntários. A reforma das instituições sociais não só é uma tarefa técnica, mas também depende, antes de tudo, da convicção, do

compromisso e da boa vontade de todos os indivíduos que integram a sociedade.

Vemos então, a importância do trabalho coletivo dos atuantes no processo educacional, para se chegar ao êxito posto no documento em estudo. Como já dito, não basta somente colocar a criança com deficiência em uma sala/escola se não forem oferecidos meios para seu desenvolvimento. Todavia, para que isso ocorra, é necessária a participação ativa dos responsáveis por essa criança, no sentido de lutar pelo seu direito a uma educação de qualidade. Quando ocorre essa relação entre pais, escola e comunidade, o trabalho desses agentes ganha ainda mais relevância, uma vez que lutam por um mesmo objetivo.

Mantoan (2006, p. 41-42) discorre sobre algumas mudanças que devem ser feitas no âmbito escolar para garantir a promoção e a qualidade da educação inclusiva:

Recriar o modelo educativo escolar, tendo como eixo o ensino para todos; Reorganizar pedagogicamente as escolas, abrindo espaço para a cooperação o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico entre os professores, administradores, funcionários e alunos, porque são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania; Formar, aprimorar continuamente e valorizar o professor, para que tenha condições e estímulo para ensinar a turma toda, sem exclusões e exceções.

Diante da afirmação da autora compreendemos que o trabalho desenvolvido na educação inclusiva não envolve apenas as crianças com deficiência, mas toda a comunidade escolar (que engloba professores, funcionários, pais e o corpo discente da unidade escolar). Esses grupos inserem-se nesta proposta de modo a compreender a necessidade de que, haja uma luta constante para que as barreiras da discriminação, da falta de oportunidades e do desrespeito com as pessoas com deficiência possam ser quebrados.

Para tanto, essas ações devem compreender que somente mediante a conscientização e a mobilização dos grupos que interagem na escola será possível que as crianças com deficiência tenham o garantido o direito de uma educação de qualidade na qual as suas especificidades sejam atendidas de forma igualitária.

No entanto, para fortalecer a aprendizagem dos alunos é essencial que o professor desenvolva em seu planejamento metodologias que se adéquem ao trabalho com as diferenças existentes em sala, procurando incluir todos os alunos

nas propostas de atividades a serem desenvolvidas. Neste contexto, deve valorizar as experiências vivenciadas no contexto familiar e social, na qual, seja possível desencadear uma educação inclusiva de qualidade, que atenda as demandas exigidas pelo processo de aprendizagem, no intuito de promover o ensino eficaz e de sucesso para todos.

2.2.2.5 Obstáculos à implementação da educação inclusiva

De acordo com Mantoan (2006), a educação inclusiva enfrenta inúmeros desafios para colocar em prática os seus anseios tendo em vista que as escolas estão apenas introduzindo as crianças com deficiência, sem antes modificar o meio em que a mesma vai ser inserida. É necessário ressaltar que esta falta de adaptação pode tornar a escola um ambiente desfavorável para o seu desenvolvimento pessoal e construção sua autonomia.

Com base nisso, Lacerda (2006, p. 168) afirma que:

A fragilidade das propostas de inclusão, neste sentido, reside no fato de que, frequentemente (*sic*), o discurso contradiz a realidade educacional brasileira, caracterizada por classes superlotadas, instalações físicas insuficientes, quadros docentes cuja formação deixa a desejar.

Diante desse conjunto de dificuldades, a atuação do professor nas classes inclusivas se torna um trabalho árduo, pois o profissional é submetido a trabalhar em salas desfavoráveis, tanto pela sua estrutura, quanto pelo o grandioso número de alunos, não tendo nenhum auxílio que favoreça na sua prática de ensino. (CARVALHO, 2013)

Além da organização das instalações e do ensino, é notória a necessidade da formação adequada para os profissionais para que possam atuar na educação inclusiva a fim de que possam colocar em prática o que está previsto na legislação brasileira. Conscientes dos direitos dos alunos com deficiência e das suas necessidades, bem como de estratégias que permitam que esses educandos possam se desenvolver e aprender junto com os demais alunos, os educadores poderão contribuir para que a Educação Inclusiva não seja apenas mais um discurso, mas uma realidade nas escolas brasileiras.

Neste processo, identificamos outros obstáculos à efetivação da proposta inclusiva as quais destacamos aquelas vivenciadas no âmbito educacional. Associado ao despreparo, tanto das escolas quanto dos profissionais que nela trabalham, os educadores se deparam ainda com a ausência de mecanismos como: a estrutura física adequada, suporte de materiais pedagógicos especializados e a formação adequada para os demais profissionais da instituição desenvolverem, de forma eficiente, o seu trabalho. Diante do exposto, percebemos como é desafiador implementar essa educação inclusiva brasileira nos espaços escolares.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O conhecimento está relacionado à necessidade do ser humano em questionar e questionar-se sobre o mundo que o rodeia. Desse modo, se encontra interligado à capacidade natural da sociedade, e, portanto, constitui-se pela relação entre o sujeito e o objeto. Com isso, o conhecimento pode ser compreendido em diferentes níveis e dimensões que fazem com que o homem penetre nas diversas áreas da ciência (TOZONI-REIS, 2009).

Ainda para o autor, dentre estas áreas destacamos que o conhecimento científico, vai além do conhecimento popular, ao passo que este último é caracterizado pelas experiências vivenciadas no cotidiano ou nos relatos que são repassados de geração em geração. Com relação ao conhecimento científico, evidenciamos que este envolve as relações de causa e efeito a respeito dos fenômenos.

Neste sentido, compreendemos o conhecimento científico como método objetivo, racional, sistemático e verificável, sendo assim, este tipo de conhecimento busca explicar os fenômenos que estão para ser analisados, utilizando-se, para isso, dos embasamentos teóricos apresentados pela ciência.

Sobre esse conceito, Koche (1997, p. 37) esclarece que:

O conhecimento científico é, pois, o que é construído através de procedimentos que denotem atitude científica e que, por proporcionar condições de experimentação de suas hipóteses de forma sistemática, controlada e objetiva e ser exposto à crítica intersubjetiva, oferece maior segurança e confiabilidade nos seus resultados e maior consciência dos limites de validade de suas teorias.

Nesta perspectiva, podemos afirmar que esse conhecimento é diferenciado dos demais por seguir fundamentações e metodologias, para que possam ser obtidas respostas ou informações plausíveis para o objeto de estudo.

Diante dessa concepção, podemos compreender o termo pesquisa científica, que é considerada um tipo de pesquisa que envolve procedimentos racionais e sistemáticos, a partir dos quais objetiva-se obter respostas ou soluções para os problemas.

Diante disso, Prodanov e Freitas (2013, p. 43) explanam que:

A pesquisa científica é a realização de um estudo planejado sendo o método de abordagem do problema o que caracteriza o aspecto científico da investigação. Sua finalidade é descobrir respostas para questões mediante a aplicação do método científico.

Dentro desse contexto, é pertinente salientar a pesquisa é um meio de ensinar ao homem a produzir conhecimentos, que os auxiliem para a compreensão e transformação do mundo em que habita, bem como para sua libertação em meio a um sistema dominante no qual o saber é compreendido como sinônimo de poder de reivindicação e acesso a diferentes direitos.

3.1 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa desenvolvida tem enfoque qualitativo, à medida que busca entender os fenômenos no local onde o mesmo acontece, por isso, é dever do pesquisador manter um olhar crítico para o objeto de estudo a ser analisado. Neste sentido, Pizzani (1991, citado por DESLAURURS et al. 2012, p. 58) afirma que: está invertido a sequencias dos anos das publicações.

Na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações.

Considerando estes aspectos, a pesquisa qualitativa na produção do conhecimento busca, por sua vez, analisar e interpretar os conteúdos que estão sendo observados. Nesta perspectiva, o enfoque qualitativo almeja uma interação mais dinâmica entre sujeito e o objeto de pesquisa. E, com essa abordagem buscamos um aprofundamento e análise sobre as experiências e as concepções do profissional da Educação Inclusiva no ensino regular e sobre as diversas dificuldades encontradas nesse ambiente educacional.

A escolha por uma abordagem qualitativa tem como princípio a existência de uma relação dinâmica entre a realidade encontrada no sujeito e o objeto de estudo, considerando uma intrínseca relação entre objetividade e subjetividade que se decorre dos diferentes pontos de vistas dos entrevistados.

Considerando esse tipo de abordagem pretendemos desenvolver um estudo aprofundado acerca das dificuldades vivenciadas pelos professores na perspectiva

inclusiva no ensino regular, como também esta a par da formação docente desses professores e suas respectivas metodologias utilizadas em salas de aulas.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DO *LÓCUS* DA PESQUISA

A pesquisa desenvolvida aconteceu em uma Instituição de Ensino referente à rede Municipal de Educação da cidade de Nazarezinho - PB. Essa escola atende alunos nas modalidades de Ensino Infantil e Anos Iniciais do ensino Fundamental, funcionando nos turnos manhã e tarde.

A estrutura física é composta por uma direção, uma sala de professores, seis salas de aula, dois banheiros adaptados para o acesso das crianças com deficiência, uma sala de vídeo, um laboratório de informática, e uma cozinha para a realização do lanche escolar. No que concerne ao aspecto referente à acessibilidade, a escola dispõe de rampas acessíveis aos alunos com deficiência, contendo sanitários e pias adaptadas. Contudo, observamos que são necessárias algumas reformas como incluir barras de segurança para facilitar a locomoção das crianças dentro do ambiente escolar.

Além desses elementos a instituição de ensino dispõe de um pátio de tamanho razoável e que atende as necessidades dos alunos (não contendo brinquedos e quadra poliesportiva adequada).

A instituição dispõe ainda de TV, *micro system*, DVD, máquinas de xerox para auxiliar nas atividades diárias, computadores, dos quais também podem ser utilizados para momentos de recreação das crianças.

O público atendido pela a instituição totaliza 285 alunos distribuídos da seguinte forma: 150 no turno manhã e 135 a tarde. A faixa etária dos educandos atendidos varia entre 4 e 13 anos de idade e a maior parte desses alunos é de classes econômicas baixas, residindo em bairros periféricos da cidade.

No que diz respeito aos serviços assistenciais ofertados em colaboração com a escola, destacamos a parceria com o município, que disponibiliza serviços como: dentistas, assistente social, psicólogo e nutricionista.

Vale destacar ainda que a escola conta com a parceria do Governo Federal e Municipal na execução de Programas e Projetos Educacionais que orientam a prática educativa ofertada pela instituição. Dentre essas parcerias, destacamos:

Olimpíada de Língua Portuguesa; Avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, Formação Continuada de Professores, Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa - PNAIC; Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE; PDE- Plano de Desenvolvimento da Escola; Programa Novo Mais Educação; e Programa Saúde na Escola.

A Escola também desenvolve um projeto de intervenção que envolve a questão da leitura e escrita dos alunos. Esta ação foi pensada e elaborada com intuito de desenvolver uma proposta diferenciada de trabalho, incentivando aos alunos a despertarem para o prazer pela leitura e escrita, melhorando desse modo, o desempenho e participação na escola e na sociedade.

É conveniente enfatizar que a escola possui Projeto Político Pedagógico – PPP, o qual é reformulado a cada dois anos, com participação de toda a comunidade escolar. As mudanças são propostas a partir da avaliação dos aspectos considerados indispensáveis à formação plena dos educandos, permitindo assim analisar as práticas desenvolvidas, com o objetivo de alcançar um desempenho eficaz no ensino e no rendimento dos educandos.

3.3 SUJEITOS DA PESQUISA

A escola conta com 12 professores e, destes, apenas 4 trabalham em classes inclusivas. Os sujeitos pesquisados foram os docentes que desenvolvem atividades com alunos com deficiência, em salas de ensino regular e a gestora do respectivo âmbito escolar. Convidamos para participar da pesquisa os docentes que estiveram em exercício no período de aplicação, sendo excluídos aqueles que não compareceram ou estiveram afastados por qualquer motivo.

Além dos critérios de inclusão e exclusão inicialmente apresentados, delimitamos utilizar para informações coletadas na pesquisa apenas os dados dos educadores que expressarem o seu consentimento, por escrito, através da leitura, concordância e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE disponível, como Apêndice 1, dessa pesquisa.

A amostra inicial deste trabalho era compreendida por 04 professores e o gestor que realizam suas práticas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, tendo como caráter processual o estudo de caso. Contudo, apenas 03 docentes

colaboraram com o estudo. Escolhemos realizar o estudo de caso nessa escola em decorrência de ter realizado dois estágios supervisionados na referida unidade de ensino onde foi observada a realidade do ensino inclusivo e despertou o desejo de ir mais a fundo nessa perspectiva.

Com o intuito de preservar as identidades dos referidos docentes denominamos os mesmos como: P1; P2; P3. P1 tem 33 anos, é casada, com formação em Pedagogia pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, estando em sala de aula há 10 anos. P2 tem 40 anos, casada graduada em Pedagogia UFCG e atua há 19 anos no ensino infantil e ensino fundamental anos iniciais. P3 tem 35 anos, é solteira, graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Vale do Acaraú - UVA com especialização em psicopedagogia.

A seguir, apresentaremos um quadro com a síntese das informações apresentadas:

Quadro 1 – Caracterização dos educadores

	Idade	Estado civil	Formação Básica/	Período de atuação	Sexo
P1	33	Casada	Graduação em Pedagogia	10 anos	Feminino
P2	40	Casada	Graduação em Pedagogia	19 anos	Feminino
P3	35	Solteira	Graduação em Pedagogia Especialização em Pedagogia	11 anos	Feminino

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

A partir dos dados obtidos com as entrevistas realizadas com essas colaboradoras, buscamos identificar as inúmeras dificuldades encontradas pelos professores na realização do trabalho na perspectiva da Educação Inclusiva. Buscamos inferir, por meio de suas concepções e práticas metodológicas com alunos com deficiência.

3.4 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

O resultado dessa pesquisa se concretiza mediante a análise dos dados resultantes do levantamento dos estudos bibliográficos e a realização das entrevistas com os sujeitos participantes da pesquisa. Para isso, selecionamos, como instrumento de coleta de dados, a documentação indireta que é compreendida pela pesquisa bibliográfica e a documentação caracterizada como direta intensiva, na qual é realizada através de uma entrevista (ver apêndice 2).

A pesquisa bibliográfica é uma técnica indispensável para a construção do contexto histórico/teórico que fundamenta essa abordagem. No que se refere à pesquisa bibliográfica Pizzani (2006 citado por BOCCATO et al., 2012, p. 54), afirma que:

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sobre que enfoque e/ou perspectiva foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação.

Diante dessa perspectiva, a pesquisa bibliográfica proporciona mecanismos favoráveis para um melhor aprofundamento da aprendizagem em áreas específicas, agregando subsídios para levantamento de dados e hipóteses do tema, a fim de obtermos êxito do trabalho científico.

Para tanto, realizamos leituras e fichamentos no intuito de selecionar os dados que se relacionavam à temática estudada. Os autores que elegemos para compor o trabalho, destacamos as contribuições de Mantoan (2001; 2006), Carvalho (2012; 2013), Rogalski (2010), Sasaki (1997) entre outros.

Além da pesquisa bibliográfica, desenvolvemos uma entrevista semi-estruturada, que tem como objetivo conhecer a prática dos docentes que desenvolvem suas atividades em prol de uma educação inclusiva, considerando os desafios vivenciados pelos profissionais.

A entrevista, por sua vez, teve por objetivo identificar as condições do ambiente educacional onde educadores que colaboraram com a pesquisa exercem as ações inclusivas. Segundo Triviños (1987, p. 146) a entrevista semi-estrutura é definida da seguinte maneira:

A entrevista semi-estruturada tem como características questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador.

As perguntas planejadas para os professores, contou com questionamentos que envolviam suas opiniões em relação ao trabalho realizado pelos profissionais com anseio de propor uma educação pública de qualidade para todos que necessitam dela.

Levando em consideração o entendimento da realidade e a sua relação com a implementação da perspectiva da educação inclusiva, averiguamos as concepções que refletem nas ações pedagógicas praticadas pelos docentes e como estas interferem na realização de uma educação eficaz.

As referidas entrevistas foram gravadas em um celular Moto G4 *plus*, apenas em áudios (ou seja sem a identificação da imagem das docentes) e transcritas na íntegra, conservando a originalidade das falas dos entrevistados para mais adiante realizar a análise dos dados obtidos, conforme destacado a seguir.

Quadro 2 –informações sobre os dados obtidos

	tempo	transcrição
P1	40 min	2 laudas
P2	45 min	2 laudas
P3	55 min	2 laudas

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

3.5 ANÁLISE DOS DADOS

Para se concretizar a análise dos dados obtidos na realização das entrevistas, foi realizado um agrupamento das informações por categorias, a partir dos itens que apresentarem maior ocorrência e relevância para a compreensão do tema.

A entrevista foi dividida em três etapas, a primeira destinou-se à análise das concepções que os docentes possuíam a cerca do tema Educação Inclusiva. Em seguida foi verificada a qualificação dos profissionais, com o intuito de averiguar se existiam formações continuadas oferecidas pelos órgãos da educação para os educadores e se estas instituições disponibilizavam mecanismos de identificar as experiências dos docentes e as dificuldades vivenciadas por eles no contexto educacional. Para concluir foram analisadas as ações desenvolvidas pela direção escolar, e órgãos municipais para as possíveis soluções das dificuldades encontradas.

Destacamos ainda que todo o processo de coleta de dados foi norteado pelos preceitos e orientações dispostos na Resolução CNS/MS nº 466/2012, no qual os

dados foram submetidos à análise do Comitê de Ética em pesquisa e, somente após a aprovação (anexo 1) foram coletados os dados.

4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS DA PESQUISA

Conforme destacado anteriormente, a Escola onde realizamos a coleta de dados está localizada na cidade de Nazarezinho. Seu funcionamento ocorre das 07h00 min as 17h00min, atendendo crianças desde a Educação Infantil até os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Esta instituição possui uma infraestrutura simples, porém está aberta a atender as crianças com deficiência.

Diante dos dados coletados e apresentados no capítulo anterior, identificamos que, com exceção da formação básica para o exercício da docência (graduação), a capacitação dos professores fica a cargo da Secretaria de Educação e da Coordenação do município.

Assim, durante o ano letivo, o município de Nazarezinho, por meio dos setores responsáveis pela educação, realiza quatro encontros, com a finalidade de proporcionar aos profissionais da educação a aquisição de novos saberes. Esses momentos são planejados com o intuito de repensar estratégias de melhorar o rendimento dos alunos, para que estes se tornem cidadãos participativos no meio social e agentes transformadores da realidade do espaço em que se encontram inseridos. Diante disso, podemos afirmar, em síntese, que estes encontros buscam maneiras de promover uma educação de qualidade. Nóvoa (1995, p. 38) esclarece que:

A formação continua deve contribuir para a mudança educacional e para a redefinição da profissão docente. Nesse sentido, o espaço pertinente da formação continua já não é o professor isolado, mas sim o professor inserido no corpo profissional e numa organização escolar.

Tendo como base o entendimento sobre a realidade do ambiente escolar, na qual buscamos uma educação inclusiva eficaz, procuramos abordar, neste capítulo, a análise das práticas pedagógicas, com a intenção de averiguar as concepções e as ações desenvolvidas pelos docentes no decorrer do processo formativo de todos os educandos, para identificarmos o cumprimento dos princípios educacionais vigentes.

O referente trabalho também propôs confrontar a teoria utilizada como embasamento teórico, com a prática vivenciada pelos professores entrevistados da escola onde foi desenvolvida a pesquisa. No decorrer do trabalho estabeleceremos

uma breve discussão sobre formação inicial e continuada, as experiências dos professores em relação a educação inclusiva.

A análise foi realizada mediante o agrupamento das respostas dos professores, considerando a perspectiva caracterizada por Silva (2013), sendo dividida em 4 temas, e seguindo o roteiro de entrevista (em anexo):

- Concepção de Educação Inclusiva;
- Saberes adquiridos na formação inicial e continuada;
- Dificuldades enfrentadas no trabalho com alunos com deficiência;
- Recursos pedagógicos;

Os referidos dados foram coletados tendo como instrumento de coleta de dados uma entrevista semiestruturada na qual enfatizamos os trechos das respostas dos colaboradores pertinentes à cada tema abordado.

4.1 TEMA 1: CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A discussão referente a compreensão de Educação Inclusiva dos docentes, despertou o interesse em identificar as práticas educativas em que sejam respeitadas as diferenças existentes em sala, para que, com isso, possamos refletir sobre a possibilidade de se aplicar uma nova forma de educar, considerando que todos os sujeitos são capazes de aprender, independentemente de suas limitações.

Nesta ótica, podemos abordar o pensamento de Marques (2001, p. 55-56) quando a mesma afirma que:

Inclusão NÃO trata apenas de colocar uma criança deficiente em uma sala de aula ou em uma escola. Esta é apenas a menor peça do quebra-cabeça. Inclusão trata, sim, de como nós lidamos com a diversidade, como lidamos com a diferença, como lidamos (ou como evitamos lidar) com a nossa moralidade. [...] Inclusão não quer absolutamente dizer que somos todos iguais. Inclusão celebra sim nossa diversidade diferenças com respeito e gratidão (grifo nosso).

Diante dessa perspectiva, a efetividade da inclusão escolar expressa o direito à igualdade de oportunidades, à todos os sujeitos a fim de que sejam educados considerando suas características e necessidades, ou seja, um ambiente onde as diferenças encontradas dos discentes sejam respeitadas.

Para que isso possa se concretizar, é necessário que as instituições escolares acatem os princípios da identidade cultural a as possíveis relações

existentes entre as diversas culturas presentes na sociedade. É importante ainda que se faça uma profunda análise acerca da formação humana dos discentes, tanto no que diz respeito a sua individualidade, quanto a sua posição no âmbito social e coletivo.

Com isso, Mantoan (2006) descreve possíveis soluções que espera das unidades escolares: como uma reestruturação dos espaços físicos, recursos didáticos e aperfeiçoamento dos docentes, com o objetivo de que saibam valorizar as capacidades de cada aluno. Neste sentido, é considerável destacar, que o trabalho de inclusão requer a superação de vários desafios que já foram citados no decorrer desse trabalho, sendo preciso admitir que essas barreiras sejam superadas em conjunto com todos os educadores que compõem o âmbito escolar. Porém, consideramos que a prática docente não deve ser restrita ao uso de um método só de ensino (pautado apenas na ação do professor), mas que deve contemplar um método de aprendizagem, que favoreça a diversidade e considere as diferentes formas de interagir e internalizar o conhecimento, conforme pressupõe proposta do ensino inclusivo.

De acordo com o que discutimos nos capítulos anteriores, no contexto atual da educação brasileira, raramente se reflete sobre essas questões propostas pela autora. Isso ocorre porque, segundo a investigadora, se vive de forma mecânica, reproduzindo técnicas em ambientes onde deveriam ser produzidos conhecimentos e novas formas de aprender. Esses ambientes deveriam promover o desenvolvimento dos indivíduos, entretanto, continuam adotando, na maioria das vezes, formas de trabalhar que não respeitam e estimulam a maneira de pensar de cada sujeito. Isso decorre porque, grande parte dos educadores não têm conhecimento ou autonomia para quebrar os paradigmas da educação, de se colocar como seres pensantes e ativos diante de em uma sociedade que vive imersa em tantos problemas sociais.

Essa falta de atuação dos educadores e da escola contribuem para que as pessoas que se consideram “normais” não enxerguem que as demandas da sociedade de hoje, que exige pessoas aptas a trabalhar com todos, respeitando suas particularidades. Para formar cidadãos, nesta perspectiva, é necessário que exista um melhor entendimento a respeito da inclusão escolar, sobretudo, na concepção de inclusão dos professores.

Mediante a isso, ao realizar as entrevistas semi-estruturadas com os sujeitos da pesquisa, foram obtidas as seguintes compreensões acerca do tema educação inclusiva. Vejamos nos discursos do quadro 3 a seguir:

Quadro 3 – Percepções sobre a educação inclusiva

P1	“Na minha concepção, Educação Inclusiva é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular”.
P2	“A Educação Inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica em defesa do direito de todos a uma educação de qualidade e de organização de um sistema educacional de ensino”.
P3	“A Educação Inclusiva é inserção de alunos com deficiência em salas de ensino regular, na qual o professor deve propor mecanismos para que esse aluno se sinta inserido e respeitado por todos que compõem o ambiente escolar”.

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

A fala das docentes entrevistadas ressalta relatos semelhantes sobre a concepção dos mesmos em relação à Educação Inclusiva, visto que todos enfatizam que essa educação deve estar voltada para a participação e o respeito a todos os alunos com deficiência que estão inseridos no âmbito escolar. Para tanto, faz-se necessário um ensino de qualidade e gratuito que ofereça estratégias para manter esses alunos de maneira participativa e integrada nesse sistema de ensino.

É importante ressaltar que a resposta de P2 aborda concepções mais amplas sobre o conceito Educação Inclusiva, destacando a necessidade de uma reestruturação no sistema de ensino, envolvendo todos os elementos que fazem parte dessa organização. A colaboradora destaca pontos que vão desde a estrutura e manutenção dos espaços físicos até a formação docente para a realização de ações pedagógicas eficientes para uma educação eficaz e de qualidade. Essa resposta está em consonância do que diz Figueredo (2009), ressalta questões pertinentes para que se tenha uma melhor compreensão do termo Educação Inclusiva. Afirmando que:

Com base nos princípios da escola inclusiva, a formação de professores só poderá acontecer no espaço coletivo, que possibilitará uma mudança de cultura na escola, criando mecanismos para o desenvolvimento de uma cultura colaboradora, em que a reflexão sobre o próprio trabalho pedagógico seja um de seus componentes. (FIGUEREDO, 2009, p. 144)

Considerando essa concepção o autor evidencia que os investimentos na formação dos professores podem auxiliar na efetuação da proposta de educação inclusiva nas unidades escolares, levando em consideração as múltiplas diferenças encontradas em salas. Diante disso, é salutar que o professor desenvolva ações que busquem conhecer as especificidades e habilidades de cada aluno, fazendo com que, a relação professor-aluno seja efetivada de forma harmônica. Desse modo, o educador estará contribuindo no desenvolvimento da aprendizagem e das diversas relações que favorecem o crescimento do aluno de maneira intelectual e pessoal.

Com isso, a Educação Inclusiva deve ser comprometida com uma proposta de ensino de qualidade, na qual todos que façam parte desse meio sejam respeitados de forma integral, contribuindo para que essas crianças sejam capazes de construir o seu próprio espaço, evidenciando a sua autonomia e sua capacidade de participar de maneira ativa de uma sociedade preconceituosa e excludente.

4.2 TEMA 2: SABERES ADQUIRIDOS NA FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

Neste tópico, procuramos identificar a formação inicial e continuada das docentes entrevistadas e quais as suas experiências ao se trabalhar com crianças com deficiências em salas de ensino regular.

Conforme destacado no capítulo 2, o trabalho desenvolvido pelos educadores em salas de aulas inclusivas no ensino regular, muitas vezes, é dificultado pela falta de infraestrutura da unidade de ensino, pela ausência de materiais pedagógicos específicos para atender a todas as diferenças existentes em salas de aula, pela precarização das formações continuadas oferecidas aos professores pelos órgãos competentes entre outros fatores internos e externos que prejudicam a qualidade de ensino.

Nesta perspectiva, podemos elucidar os saberes teóricos elencados como fundamentais para a prática inclusiva pelos sujeitos pesquisados. Nestas falas, as educadoras tratam da percepção sobre a formação e os saberes práticos desenvolvidos por elas, a partir do conhecimento que possuem:

Quadro 4 – Percepções sobre formação docente

P1	“É de suma importância a formação inicial e continuada, sou formada em pedagogia, mas durante o meu período de graduação não tive nenhum conhecimento sobre o que realmente seria a educação inclusiva. Hoje consigo realizar o meu trabalho em sala inclusiva, depois de fazer alguns cursos na qual me ajudaram de maneira gradativa na minha prática docente. Apesar dessas formações serem bem escassas”.
P2	“A formação inicial e continuada é essencial para dar suporte para elaboração da minha prática pedagógica, apesar de que antes não tinha nenhum conhecimento sobre o que realmente significava o termo educação inclusiva. Fiquei tensa quando tive em minha sala de aula um aluno especial, onde não sabia o que fazer nem como lidar com ele, tive que pedir ajuda à direção da escola e à secretaria de educação para que me auxiliassem nessa nova missão. Os órgãos competentes raramente oferecem uma formação continuada sobre a temática, as vezes busco por conta própria me especializar”.
P3	“Na minha concepção a formação inicial e continuada é de extrema importância para o desenvolvimento da minha prática docente, apesar do município não oferecer com frequência essas formações e muito mais raro é oferecer com essa temática. Para enriquecer minha prática busco muitas vezes textos na <i>internet</i> , artigos e assisto alguns vídeos aulas. Quando entra um aluno com alguma deficiência nova na sala em que estou trabalhando, procuro consultar os meus colegas para saber quais as metodologias que eles utilizavam, procuro também saber como é a relação dele com a família por se tratar de uma cidade pequena é bem mais fácil, e diante disso vou elaborando minhas próprias estratégias”.

Fonte:Dados da pesquisa (2018)

Considerando as respostas dos docentes (quadro 4) as mesmas deixam claro que para se realizar um trabalho produtivo é necessária uma qualificação profissional satisfatória, que ofereça ao docente subsídios para atuar nesta modalidade da educação. Com isso, é pertinente considerar a relação entre o ensino regular e o ensino inclusivo, na qual os docentes devem saber lidar com as especificidades de cada criança que se encontra inseridas nesse contexto.

Nesta perspectiva, a formação continuada na área inclusiva serve de suporte na busca por novas práticas pedagógicas que sejam capazes de tornar o processo de ensinar e aprender mais atrativo e de fácil entendimento para todas as crianças (com deficiência ou não).

Diante disso, a Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no Art. 18, ressalta que os professores capacitados para atuar na classe regular, na perspectiva da Educação Inclusiva precisam cumprir determinadas competências que são:

I – perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva; II - flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem; III - avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais; IV - atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial (BRASIL, 2001, p. 5).

Nesta ótica, é indispensável a realização de ações pedagógicas em sala de aula, elaborada por professores que tenham uma formação adequada, sendo esta um suporte inevitável para a superação de possíveis problemas existentes dentro e fora da unidade escolar.

É possível notar nas falas das docentes as lacunas deixadas tanto na formação inicial quanto nas formações continuadas oferecidas para os professores. Isso se torna preocupante, pois interfere no desenvolvimento de práticas educacionais de qualidade. Diante disso, é necessário que o educador repense, constantemente, sobre como está acontecendo o trabalho docente e se essas ações estão sendo concretizadas pelos alunos, para que, mediante a esta avaliação constante da própria prática, seja possível contribuir, de maneira eficaz para a formação do educando, tornando o trabalho do professor mais eficiente e de qualidade.

Considerando esta mesma perspectiva, a educadora Alonso (2013) publicou um artigo na revista Nova Escola, que tem como tema “Educação Inclusiva: desafios da formação e da atuação em sala de aula”, no qual traz questões relevantes para compreender as ações a serem empreendidas nestas turmas, tais como: o respeito aos diferentes níveis de aprendizagem, as competências e as limitações de cada aluno, os desafios da inclusão e as diferentes contribuições sobre formação inicial e continuada dos docentes.

A educadora destaca ainda as contribuições que a formação continuada oferece para a identificação dos pontos elencados anteriormente, a fim de propor ações que favoreçam a educação inclusiva. Diante disso, a pesquisadora aborda a seguinte questão:

A formação continuada possibilita ao professor a atualização e a transformação de sua prática profissional. O acesso ao conhecimento e o exercício da reflexão permitem a ressignificação dos princípios e a possibilidade de mudar os paradigmas já construídos (ALONSO, 2013, p. 3).

Diante disso, é indispensável a reflexão sobre a qualidade das formações que são oferecidas aos docentes, à medida que esses ensinamentos servirão de aporte para a superação dos desafios que, frequentemente, irão aparecer nas atividades dentro e fora da sala de aula.

4.2.1 Percepções sobre educação inclusiva

Assim, após refletir sobre a formação do professor procuramos entender como as professoras desenvolviam as atividades pedagógicas com as crianças com deficiência e quais as mudanças foram percebidas por elas. De acordo com as afirmações das entrevistadas observamos no quadro 5 que:

Quadro 5 – Percepções sobre a realização da educação inclusiva

P1	“Antigamente não se dava muita atenção as crianças portadoras de necessidades, as atividades eram iguais para todos os alunos. Hoje as atividades pedagógicas são diversificadas, respeitando o tempo de aprendizagem de cada aluno”.
P2	“Antes nós professores não dávamos muita assistência aos alunos com necessidades educacionais especiais, eles eram colocados nas salas de aulas só por colocar, mais na verdade não participavam de quase nada que acontecia naquele ambiente, eram como se não existissem. Hoje já é diferente, o ambiente é que tem que se adaptar ao aluno e não o aluno ao ambiente, na qual utilizamos metodologias inovadoras e diversificadas como mecanismo de incluir todos de maneira ativa no desenvolvimento das atividades”.
P3	“Antigamente os alunos com deficiência eram totalmente excluídos da sociedade e no ambiente escolar não era diferente, os alunos eram colocados lá como inúteis, incapazes de fazer algo produtivo. Hoje já podemos perceber que a sociedade esta se modificando, e com isso as pessoas com necessidades especiais vão tomando seu espaço social”.

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

A fala das professoras entrevistadas deixa clara a semelhança nas percepções de como as pessoas com deficiências eram vistas pela sociedade e que estas visões se refletiam dentro da unidade de ensino. Diante do exposto, observamos que, na maioria das vezes, os educandos com deficiência eram excluídos e marginalizados pelos próprios professores.

Nesta perspectiva, Mantoan (2003, p. 12) aborda que:

Diante dessas novidades, a escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor nem anulando e marginalizando as diferenças nos processos pelos quais forma e instrui os alunos. E muito menos desconhecer que aprender implica ser capaz de expressar, dos mais variados modos, o que sabemos, implica representar o mundo a partir de nossas origens, nossos valores e sentimentos.

É importante destacar que o processo de inclusão é bem mais amplo do que apenas inserir alunos com necessidades educacionais especiais em salas de ensino regular. Para incluir é necessário considerar o aprendizado de cada estudante e seus ritmos de desenvolvimento social, afetivo, cognitivo entre outros e, para que isso se concretize, é pertinente que o professor tenha um planejamento prévio das ações que irá desenvolver e das suas intencionalidades, bem como estabelecer critérios de acompanhamento dos diferentes níveis de aprendizagem e do envolvimento com os demais alunos.

Diante do exposto, podemos considerar o docente uma peça fundamental para que a proposta de um ensino inclusivo realmente aconteça. Para isso, é necessário que o professor se sinta habilitado para desenvolver essa função, junto com os alunos e com o apoio dos demais funcionários da instituição. Trabalhando coletivamente, com o suporte dos colegas, o educador se sentirá amparado para seguir o seu planejamento com segurança e determinação.

4.3 TEMA 3: DIFICULDADES ENFRENTADAS NO TRABALHO COM ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Neste tópico procuramos evidenciar, seguindo as falas das entrevistadas, as principais dificuldades que se impõem aos professores ao desenvolverem ações pedagógicas em salas de aulas inclusivas.

Quadro 6 – Dificuldades dos professores

P1	“As dificuldades para que um aluno com deficiência seja respeitado de forma integra são diversas. Nossa escola conta com uma estrutura um pouco melhor do que era antes, já temos rampas, banheiros adaptados, entre outras coisas. Mas ainda falta muito para a sua infraestrutura atender os anseios e as necessidades dos alunos aqui presentes. Temos dificuldades em conseguir recursos pedagógicos para aprimorar nossa metodologia em sala de aula, as formações que também são escassas e sobre essa temática é bem raro acontecer. Uma coisa que considero bastante importante para o bom rendimento do aluno com deficiência é o acompanhamento da família na escola na qual mantemos parceria para que o aluno se sinta mais confiante dentro na unidade escolar, e a dinâmica de um bom relacionamento com os demais alunos da turma”.
P3	“Até hoje sinto muita dificuldade em trabalhar com crianças com deficiência até porque essa lacuna foi deixada desde minha formação inicial e a formação continuada apesar de considerar de extrema importância essas capacitações sobre essa temática é bem difícil acontecer. Sempre quando tenho um aluno com deficiência, aquela que nunca trabalhei, sempre procuro ajuda nos recursos tecnológicos, na literatura para que assim eu possa contribuir de maneira significativa na vida dessa criança”.

Fonte:Dados da pesquisa (2018)

Investigando os argumentos das docentes entrevistadas é possível notar as inúmeras dificuldades enfrentadas pelos professores que perpassam a estrutura física do prédio escolar, a fragilidade na formação dos professores e a ausência de suporte pedagógico que favoreça a utilização de metodologias diferenciadas em sala de aula.

É necessário destacar ainda que a relação dos estudantes com deficiência com os demais alunos da turma, a relação com a família e as interações desenvolvidas no contexto escolar constituem-se questões importantes para a permanência do educando no contexto escolar, bem como o desenvolvimento pessoal e intelectual destes alunos. Podemos constatar que os educadores estão conscientes da relevância desses fatores, ao analisarmos a fala de uma das professoras entrevistadas.

Identificamos ainda outras dificuldades citadas pelas docentes do decorrer da entrevista, como o sentimento de incapacidade em desenvolver um trabalho eficiente com esses educandos. A seguinte fala expressa estas dificuldades:

Quadro 7 –Dificuldades enfrentadas pela docente

P2	“As dificuldades são inúmeras, quando tive pela primeira vez uma criança com deficiência na minha sala de aula fiquei desesperada não sabia como trabalhar com ele, não sabia até que ponto eu poderia explorar as capacidades daquele aluno, até porque na escola os recursos para se trabalhar com alunos especiais são bem escassos”
----	---

Fonte:Dados da pesquisa (2018)

É pertinente destacar, que a professora deixa claro em sua fala que a relação família-escola contribui de forma produtiva no desenvolvimento do aluno e fortalece os laços de convivência entre aluno-professor-família. Vale ressaltar, que para garantir um desempenho favorável no contexto escolar, a valorização para a pessoa em sua individualidade deve se fazer presente. Por isso é preciso que o corpo administrativo considere o trabalho coletivo e interpessoal, tendo em vista uma melhor realização dos processos de ensino-aprendizagem propostos pela comunidade escolar, uma vez que esse modelo promove autonomia para tomada de decisões coletivamente e, conseqüentemente, a resolução de conflitos.

Considerando este aspecto, Piaget (2007, p. 50) afirma que:

Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva muita coisa mais que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola, chega-se a uma divisão de responsabilidades [...].

Sendo assim, a escola deve estabelecer relações diretas com a família, para que dessa forma, possam ter conhecimento das necessidades e limitações de cada um, para que juntas encontrem caminhos que visem facilitar o sucesso da aprendizagem do aluno.

Como podemos observar, esta fala também se relaciona à formação, abordando a relação entre o conhecimento para o trabalho com as pessoas com deficiência e as ações pedagógicas realizadas em sala para atender a diversidade

de formas de aprender. Além disso, as professoras relatam a ausência de materiais pedagógicos especializados que viabilizem o aprendizado no contexto da diversidade humana. Esses recursos, caso estivessem disponíveis, serviriam de suporte para o aprimoramento da metodologia em sala de aula, com intuito de envolver todos os alunos em busca do conhecimento, respeitando e aprimorando as habilidades e capacidades de cada um.

P3 relata que sua maior dificuldade se encontra desde a formação básica para a docência, apontando que durante seu período como acadêmica não se debatia sobre acessibilidade, educação inclusiva entre outras questões.

É notável que a formação docente necessita ser refletida, isso fica evidente durante todas as falas das entrevistadas, nas quais as professoras ressaltam que precisam ser capacitadas para atuar na área. De acordo com as educadoras, dessa forma, estarão oportunizando e ampliando a inserção das habilidades de cada criança, que tenham como objetivo trabalhar as necessidades de aprendizagem de cada um, como meio de favorecer a inclusão desses alunos na sociedade.

Na contribuição de P3, no quadro 6, observamos a busca por elementos que a auxiliem nesse processo, como o uso dos recursos tecnológicos e a contribuição de autores que desenvolveram pesquisas na área da educação inclusiva que discute formas de trabalhar no contexto das diferenças.

4.4 TEMA 4: ACESSIBILIDADE FÍSICA E RECURSOS PEDAGÓGICOS

No que se refere a essa temática, procuramos refletir sobre a construção de um espaço democrático, onde todos possam participar das tomadas de decisões, sendo considerada a diversidade que deve existir tanto no ambiente escolar quanto no ambiente externo. É fundamental que os sujeitos envolvidos no trabalho escolar se sintam responsáveis em executar suas funções de forma democrática, utilizando-se de recursos didáticos adequados para favorecer o aprendizado do aluno.

Além desses recursos, é importante que a comunidade escolar contribua de modo a auxiliar o professor na realização da prática educativa pautada no princípio da inclusão e, para tanto, não podemos desconsiderar a necessidade de repensar estrutura física do espaço educacional, de modo a torná-la acessível a todas as

peças, à medida que são pensadas e efetivadas maneiras de superar as limitações de todos que frequentam esse espaço.

Quadro 8 -Acessibilidade Física

P1	“Aqui nessa escola já temos rampas de acessibilidade, banheiros adaptados, mas ainda está faltando muita coisa”.
P2	“Nessa escola já podemos perceber alguns elementos que facilitam a inclusão de pessoas com deficiência a esse espaço que são: rampas, banheiros adaptados entre outras coisas. Apesar de que a estrutura do prédio necessita ainda de algumas reformas como, por exemplo, ampliar as salas de aulas para que uma criança cadeirante possa se locomover melhor”.
P3	“Nossa escola já conta com rampas de acessibilidade, banheiros adaptados na qual falta complementar essas reformas para que as crianças com deficiência possam se locomover melhor”

Fonte:Dados da pesquisa (2018)

Sobre a adequação do espaço escolar, as professoras entrevistadas relatam (quadro 8) que a estrutura física da unidade escolar pesquisada ainda necessita de ajustes e, por esta razão, é necessário realizar algumas reformas para que alunos com deficiência tenham garantido o direito de participar das atividades propostas em todos os ambientes da instituição.

Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a acessibilidade física é direito fundamental para que a pessoa com deficiência possa participar ativamente de todos os aspectos que a vida oferece, desenvolvendo de maneira independente a sua autonomia em meio as suas escolhas.

Como se pode constatar, os argumentos das entrevistadas mostram as inquietações com a estrutura física que, de acordo com as educadoras necessita ser melhorada. Tais argumentos fazem uma crítica em relação à acessibilidade que deve perpassar questões que vão além da construção de rampas e banheiros que ainda necessita de alguns elementos que podem favorecer o uso da pessoa com deficiência.

Diante disso, identificamos que as pesquisadas compreendem que, para promover a acessibilidade voltada para a efetiva implementação do modelo inclusivo na educação, faz-se necessária uma profunda reorganização do ambiente escolar. Neste ponto, ressaltamos que ao utilizarmos o termo ambiente, conferimos a ele um significado que vai além do espaço físico, mas da interação entre os grupos que constituem a comunidade escolar. Desse modo, a implantação do modelo inclusivo vai muito além de aceitar crianças com deficiência na escola realizando adaptações

físicas ou curriculares de pequeno porte, sem a realização de ações que contribuam para que haja uma real transformação da dinâmica dos processos pedagógicos e, conseqüentemente, da qualidade das relações estabelecidas na instituição escolar.

Além da acessibilidade, é importante refletir sobre a disponibilização e o uso de recursos didáticos voltados para atender a todos. Nesta perspectiva, Souza (2007, p. 111), ressalta que “recurso didático é todo material utilizado como auxílio no ensino-aprendizagem do conteúdo proposto para serem aplicados pelo professor aos seus alunos”. Diante disso os recursos didáticos envolvem uma diversidade de instrumentos e métodos que auxiliam na socialização e no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem na qual o ritmo de cada criança deve ser considerado

Quadro 9 – Recursos Didáticos

P1	“Os recursos didáticos que poderiam nos ajudar no trabalho com essas crianças, são escassos. Nas minhas aulas costumo utilizar vários brinquedos (comprado muitas vezes com o meu próprio dinheiro) na qual busco uma maneira das crianças com deficiência interagirem com as crianças ditas “normais””.
P2	“Sobre os recursos didáticos a escola não oferece o suficiente para que nós professores possamos aprimorar nossa metodologia, costumo trabalhar com jogos coloridos que as vezes eu e os próprios alunos confeccionamos em sala, livros táteis, e busco apoio também nos recursos tecnológicos procurando atividades diversificadas para que possa incluir os alunos com deficiência na rotina da sala de aula”.
P3	“Nas minhas aulas costumo realizar brincadeiras com a turma utilizando jogos, materiais recicláveis, recursos tecnológicos entre outros como meio de estimular a interação, o desenvolvimento motor e cognitivo de cada criança seja ela especial ou não”.

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

As professoras entrevistadas apontam diferentes tipos de recursos (os confeccionados pela turma, os comprados, e os tecnológicos), em que são utilizados como meio de aprimorar e tornar a aula mais dinâmica e proveitosa.

É possível destacar que as docentes P1 e P2 relatam em suas falas que não esperam só pela iniciativa da gestão escolar em oferecer suporte didático, e sim, se implicam solucionando o problema com o custeio ou com a produção do material a ser utilizado em sala de aula.

Diante disso, Castoldi (2006) valoriza a importância da utilização de recursos didáticos na realização de atividades que irão servir de auxílio no processo de ensino-aprendizagem. Para a autora:

[...] com a utilização de recursos didático-pedagógicos pensa-se em preencher as lacunas que o ensino tradicional geralmente deixa, e com isso, além de expor o conteúdo de uma forma diferenciada, faz os alunos participantes do processo de aprendizagem. (CASTOLDI, 2006, p. 985).

Nesta perspectiva, o professor deve ousar na utilização desses recursos, criando mecanismos de promover a interação e a comunicação entre todos os alunos. É importante salientar que essa nova metodologia seja executada de forma planejada e com intencionalidade, considerando os diferentes ritmos de aprendizagem existentes na sala.

4.5 SOBRE OS DADOS DA ENTREVISTA

Diante de todas as considerações apresentadas pelas professoras, destacamos que trabalhar com Educação Inclusiva pode parecer uma tarefa árdua, que só é construída através de várias observações peculiares, como maneira de conhecer e incluir a diversidade de alunos, de forma que sejam respeitadas as vivências históricas, sociais e culturais de cada indivíduo envolvido nesse processo.

No decorrer do presente trabalho, foi pertinente constatar, através de pesquisa realizada, inúmeros fatores que os docentes enfrentam para colocar em vigor a proposta de escola inclusiva como, por exemplo, a ausência de recursos didáticos suficientes, inadequação na formação docente, questões referentes à acessibilidade, falta de incentivo do poder público entre outros. Com isso, podemos compreender que a Educação Inclusiva é uma prática desafiadora, reconhecendo que esta perspectiva incentiva a comunidade escolar a realizar muitas mudanças, entretanto, constatamos que ainda falta muito para que esse processo aconteça de acordo com o que as leis apresentam.

Apesar do compromisso dos professores em efetivar práticas inclusivas, a dificuldade em formação continuada, na organização do espaço físico escolar, nas práticas pedagógicas, na disponibilidade de recursos didáticos que favoreçam o planejamento e a prática docente, o comprometimento dos órgãos públicos entre

outros. Diante desses entraves, observamos que para a superação é necessário um esforço coletivo da comunidade escolar, a fim de tornar a escola um ambiente mais inclusivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada escola se organiza a partir dos elementos disponibilizados para a sua constituição. Além do espaço físico, o conhecimento e comprometimento dos educadores, associados às relações que eles desenvolvem com a comunidade escolar interferem nas práticas educativas.

Em função disso, este procedimento investigativo buscou contribuir com o aprofundamento das discussões relevantes sobre as práticas educativas vivenciadas pelos professores lotados na escola do Município de Nazarezinho-PB que foi selecionada para a realização dessa pesquisa.

Esta etapa do trabalho é um momento de refletir sobre o nosso objeto de investigação que é professor que atua na sala inclusiva e sobre os dados coletados que favoreceram um entendimento do presente estudo.

Assim, para finalizarmos este trabalho voltamos às **nossas** problemáticas a princípio elaboradas: as escolas que atendem crianças com deficiência estão acessíveis para que esses educandos desenvolvam sua autonomia? O sistema educacional oferece aos professores e aos demais funcionários, capacitações para a atuação na perspectiva de inclusão?

Considerando as indagações realizadas anteriormente conseguimos obter as respostas para tais inquietações, na qual obtemos que o sistema de ensino se encontra fragilizado para colocar realmente em prática o ensino inclusivo nas salas de ensino regular. Identificamos que os professores necessitam de formações continuadas adequadas, que os órgãos competentes cumpram com sua tarefa de oferecer estruturas adequadas para a realização desse trabalho e que ofereça subsídios para os professores desenvolverem suas ações pedagógicas de maneira eficiente.

A colaboração dos educadores foi fundamental para a elaboração dos elementos presentes na investigação, demonstrando o compromisso com a educação inclusiva, tanto na prática docente quanto nas investigações realizadas de forma autônoma e que estão relacionadas a esta proposta educativa.

Além disso, podemos perceber que a pesquisa também contribuiu para o processo de análise crítica dos sujeitos participantes, uma vez que ao refletirem para responderem as perguntas se deparavam com uma realidade antes não analisada, principalmente no que se refere a indicarem a fragilidade na formação inicial e

continuada, apresentarem falhas na organização da estrutura física do ambiente escolar e a reconhecerem a escassez de recursos didáticos oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação para a realização de atividades que favorecem o aprendizado e a autonomia desses educandos.

As dificuldades encontradas são diversas, e partem tanto no âmbito social quanto do contexto escolar, pois, conforme nota-se nas falas há uma ausência de assistência adequada às necessidades específicas apresentadas pelas crianças com deficiência as quais foram destacadas a ausência de apoio pedagógico especializado, infraestrutura inadequada, falta de verbas para este fim. Conforme o exposto, ações que visem minimizar essas barreiras são fundamentais para que seja proposto e realizado na educação inclusiva, os recursos humanos, materiais e assistências para garantir a equidade no acesso à educação, favorecendo o êxito no processo de aprendizagem e na vida social, a fim de auxiliar no desenvolvimento das capacidades de cada ser.

É conveniente destacar, que para acontecer a inclusão deve haver a participação de toda a sociedade, para que as necessidades específicas da pessoa com deficiência sejam respeitadas em diferentes espaços sociais. Para tanto, é preciso reforçar ações que promovam a parceria entre escola, família e sociedade a fim de buscar parcerias e, através delas, alternativas para as dificuldades que se encontram.

É importante ressaltar, dentre essas ações aquelas que capacitem os professores com o intuito de que estejam prontos para enfrentar os desafios que ocorra na sala inclusiva, mobilizando saberes e pessoas que contribuam para o desenvolvimento de todos os educandos. Para tanto, é necessário que este profissional saiba utilizar as inúmeras práticas pedagógicas, conheça as Leis e busque conscientizar e reivindicar os direitos da criança com deficiência no ensino na sala regular, com isso ele vai ser esse mediador, que articula a melhor forma de se trabalhar com inclusão.

Diante disso, vemos a necessidade do Estado em melhorar os investimentos em cursos de formações de professores oferecendo cursos de capacitações sobre a perspectiva inclusiva, ampliar as instalações físicas escolares na qual favoreça a locomoção de todos os discentes e dos educadores em ampliarem as suas metodologias para que todas as necessidades sejam atendidas, e que esse trabalho seja realizado sempre em parceria, escola-família. Esperamos que esta pesquisa

não se encerre aqui, que mais adiante tenha continuidade e desdobre-se em outras investigações que sirvam como suporte para os futuros educadores daquela localidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da Educação**. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1996.

BRASIL. Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1998. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1998.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seep/arquivos/PDF/salamanca.pdf>> Acesso em: 03 set. 2017.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília 23 dezembro 1996.

_____. Resolução CNE/CEB n. 2, de 11 de Fevereiro de 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res2_b.pdf>. Acesso em: 28 maio. 2018.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares / Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial**. – Brasília: MEC / SEF / SEESP, 1998.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. 5.ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

_____. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. - 9. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

CASTOLDI, R; POLINARSKI, C. A. **A utilização de Recursos didático-pedagógicos na motivação da aprendizagem**. In: II SIMPÓSIO NACIONAL DE ENSINO DE CIENCIA E TECNOLOGIA. Ponta Grossa, PR, 2006. Disponível em: <http://www.pg.utfpr.edu.br/sinect/anais/artigos/8%20Ensinodecienciasnasseriesinicias/Ensinodecienciasnasseriesinicias_Artigo2.pdf>. Acesso em: 30 maio 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FREITAS, Henrique et al. O método de pesquisa survey. São Paulo/SP: **Revista de Administração da USP, RAUSP**, v. 35, n. 3, jul-set. 2000.

GOFFREDO, Vera Lucia Flor. **Educação: Direito de todos os Brasileiros**. In: Salto para o futuro: Educação Especial: Tendência atuais / Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação/SEED, 1999.

KARAGIANNIS, Anastasios; STAINBACK, William; STAINBACK, Susan. **Fundamentos do Ensino Inclusivo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos e intérpretes sobre esta experiência.** Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 69, maio/ago, 2006 Disponível em: <[HTTP://www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br)>. Acesso em: 10 fev. 2018.

LOCATELLI, Adriana Cristine Dias; VAGULA, Edilaine. **Fundamentos da educação especial: história.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Caminhos pedagógicos da educação especial. *In:* GAIO, Roberta; MENEGHETTI, Rosa G. Krob (orgs). **Caminhos pedagógicos da educação inclusiva.** Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 2 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MARQUES, Luciana Pacheco de. **O professor de alunos com deficiência mental: concepções e práticas pedagógicas.** Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2001.

NOVOA, Antonio. **Formação continua entre a pessoa – professor e organização escolar.** *In:* NOVOA. A. Formação de Professores e Trabalhos Pedagógicos. (Educa. Fora de Coleção). 1954.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROCHA, Telma Brito; MIRANDA, Theresinha Guimarães. A inclusão de alunos com deficiência no ensino superior: uma análise de seu acesso e permanência. *In:* SANTOS, Elias Souza dos. et al. **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas.** Salvador: EDUFBA, 2009.

ROGALSKI, Solange Merino. Histórico do surgimento da educação especial. **Revista de Educação do Ideais**, Vol. 5, 12 de julho de 2010.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: Ed. WVA, 1997.

SOUZA, S. E. **O uso de recursos didáticos no ensino escolar.** *In:* I Encontro de Pesquisa em Educação, IV Jornada de Prática de Ensino, XIII Semana de Pedagogia da UEM: “ Infância e Práticas Educativas”. Arq Mudi. 2007. Disponível em: < http://www.pec.uem.br/pec_uem/revistas/arqmudi/volume_11/suplemento_02/artigos/019.pdf >. Acesso em: 04 jul. 2018.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da Pesquisa.** 2ª ed. Curitiba: IESDE S.A., 2009.

WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva.**
Rio de Janeiro, WVA, 1997.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) no estudo intitulado “Práticas docentes na Educação Inclusiva: Relações de ensino-aprendizagem em uma escola do município de Nazarezinho-PB.”, coordenado pelo Professora Adriana Moreira de Souza Corrêa e vinculada a Unidade Acadêmica de Educação do Centro de Formação de Professores – CFP da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG.

Ressaltamos que a sua participação é voluntária e que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade à você.

Este estudo tem por objetivo geral compreender as dificuldades enfrentadas pelos professores do ensino fundamental no trabalho com crianças com deficiência. E como objetivos específicos conhecer os pressupostos da educação inclusiva; averiguar os possíveis obstáculos que se apresentam aos profissionais da educação ao trabalharem na perspectiva de inclusão; refletir, com base na literatura, sobre os problemas enfrentados pelos docentes; e, por último, apresentar os avanços que o processo de inclusão trouxe para a prática pedagógica dos professores da escola estudada.

O estudo se faz necessário para discutir o atendimento as crianças com deficiência na rede pública de ensino, com o anseio de buscar melhorias para esse âmbito educacional, que favoreçam o desenvolvimento da autonomia e aprendizagem desses educandos.

Caso você aceite o convite, será submetido a responder uma entrevista semiestruturada composto por perguntas dissertativas que versam sobre a sua concepção sobre educação inclusiva e suas respectivas práticas com os alunos atendidos nesta instituição.

Os **riscos** envolvidos com sua participação serão mínimos, a exemplo do risco de constrangimento, o que será minimizado por meio da manutenção do sigilo da sua identidade e os esclarecimentos das investigadoras sobre os pontos que causarem dúvida ou desconforto. Como **benefícios** da pesquisa destacamos a importância de repensar a sua atuação docente em frente a prática inclusiva com o anseio de contribuir com uma educação gratuita e de qualidade para todos. Para

tanto, realizaremos uma reflexão crítica dos dados que serão interpretados confrontado essas informações e a literatura.

Se você tiver algum gasto decorrente de sua participação na pesquisa, será ressarcido, caso solicite. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano que seja comprovado que foi decorrente desta pesquisa, você será indenizado.

As informações da pesquisa serão divulgadas de modo a garantir o anonimato dos participantes e esses dados serão guardados em local seguro, durante cinco anos, conforme dispõe o Conselho de Ética em Pesquisa. Ao término da investigação, será encaminhado o resultado publicado para o e-mail informado pelos participantes em uma lista à parte do instrumento de coleta de dados.

Este termo foi produzido em duas vias e você ficará com uma das cópias rubricada e assinada. Em caso de dúvida a respeito dos procedimentos ou qualquer informação referente a essa pesquisa, você poderá entrar em contato com a Prof^ª Esp. Adriana Moreira de Souza Corrêa, através dos seguintes canais de comunicação:

E-mail	adriana.korrea@gmail.com
Endereço	Rua Sérgio Moreira de Figueiredo s/n - Casas Populares - CEP 58900-000 - Cajazeiras – PB
Telefone comercial	(83) 3532-2011
Telefone ou WhatsApp	(83) 99660-9933

Caso prefira, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, pelas formas de contato abaixo descritas.

E-mail	cep@cfp.ufcg.edu.br
Endereço	Rua Sérgio Moreira de Figueiredo s/n - Casas Populares - CEP 58900-000 - Cajazeiras – PB
Telefone comercial	(83) 3532-2075

Li e declaro que concordo Participar da pesquisa.

Cajazeiras-PB, ____ de ____ de ____.

APÊNDICE 2 – Roteiro de entrevista

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI- ESTRUTURADA PARA PROFESSOR

Prezado Professor (a) e Diretor (a), a referida entrevista foi elaborada com o quesito de conclusão do curso de Pedagogia na Universidade Federal de Campina Grande- UFCG, campus Cajazeiras, intitulado “Dificuldades enfrentadas pelos professores do município de Nazarezinho – PB no trabalho com crianças com deficiência”. Diante disso solicito vossa participação em responder as questões abaixo onde serão preservadas as identidades dos entrevistados.

Dados de identificação do professor:

Nome: _____

Escola: _____

Idade: _____ Sexo: _____ Carga Horária: _____

Formação acadêmica: _____

Pós- graduação: () Sim () Não – Qual (is): _____

Tempo de atuação no magistério: _____

Tempo de atuação na escola: _____

Tipo de vínculo empregatício: () Concursado () Contratado

Perguntas para professores

- Qual sua concepção sobre Educação Inclusiva?
- Qual a sua carga horária de trabalho?
- Quais as necessidades Educacionais apresentadas pelos alunos na sala inclusiva?
- Como era realizado o desenvolvimento das atividades pedagógicas com crianças com deficiência e como ele acontece nos dias de hoje?
- Qual sua formação inicial? Os órgãos responsáveis oferecem formação continuadas para equipe docente? Quais?
- Apresente dificuldades encontradas para realizar seu trabalho em uma sala inclusiva, e quais as estratégias utilizadas para superar essas dificuldades?
- Quais os recursos pedagógicos utilizados para favorecer o processo de ensino-aprendizagem dos alunos inclusos nas salas de ensino regular?

- Cite algumas propostas imprescindíveis para o âmbito educacional que sirvam de auxílio para a prática docente, sendo que a proposta de inclusão aconteça na sua integralidade.

ANEXOS

ANEXO 1 – Parecer consubstanciado do CEP/CONEP

ANEXO 2 – Transcrição das entrevistas

Entrevista com P1 - Professor 1

Investigadora: Qual sua concepção sobre Educação Inclusiva?

- “Na minha concepção, Educação Inclusiva é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular”.

Investigadora: Qual a sua carga horária de trabalho?

- “30 horas semanais”.

Investigadora: Quais as necessidades Educacionais apresentadas pelos alunos na sala inclusiva?

- “Os alunos que frequentam minha sala de aula apresentam dificuldades como: deficiência física, intelectual e problemas de dislexia”.

Investigadora: Como era realizado o desenvolvimento das atividades pedagógicas com crianças com deficiência e como ele acontece nos dias de hoje?

- “Antigamente não se dava muita atenção as crianças portadoras de necessidades, as atividades eram iguais para todos os alunos. Hoje as atividades pedagógicas são diversificadas, respeitando o tempo de aprendizagem de cada aluno”.

Investigadora: Qual sua formação inicial? Os órgãos responsáveis oferecem formações continuadas para equipe docente? Quais?

- “É de suma importância a formação inicial e continuada, sou formada em pedagogia, mas durante o meu período de graduação não tive nenhum conhecimento sobre o que realmente seria a educação inclusiva. Hoje consigo realizar o meu trabalho em sala inclusiva, depois de fazer alguns cursos na qual me ajudaram de maneira gradativa na minha prática docente. Apesar dessas formações serem bem escassas”.

Investigadora: Apresente dificuldades encontradas para realizar seu trabalho em uma sala inclusiva, e quais as estratégias utilizadas para superar essas dificuldades?

- “As dificuldades para que um aluno com deficiência seja respeitado de forma integra são diversas. Nossa escola conta com uma estrutura um pouco melhor do que era antes, já temos rampas, banheiros adaptados, entre outras coisas. Mas ainda falta muito para a sua infraestrutura atender os anseios e as necessidades dos alunos aqui presentes. Temos dificuldades em conseguir recursos pedagógicos para aprimorar nossa metodologia em sala de aula, as formações que também são escassas e sobre essa temática é bem raro acontecer. Uma coisa que considero bastante importante para o bom rendimento do aluno com deficiência é o acompanhamento da família na escola na qual mantemos parceria para que o aluno se sinta mais confiante dentro na unidade escolar, e a dinâmica de um bom relacionamento com os demais alunos da turma”.

Investigadora: Quais os recursos pedagógicos utilizados para favorecer o processo de ensino-aprendizagem dos alunos inclusos nas salas de ensino regular?

- “Os recursos didáticos que poderiam nos ajudar no trabalho com essas crianças, são escassos. Nas minhas aulas costumo utilizar vários brinquedos (comprado muitas vezes com o meu próprio dinheiro) na qual busco uma maneira das crianças com deficiência interagirem com as crianças ditas “normais””.

Investigadora: Cite algumas propostas imprescindíveis para o âmbito educacional que sirvam de auxílio para a prática docente, sendo que a proposta de inclusão aconteça na sua integralidade.

- “Colocar a aprendizagem como eixo central da escola; assegurar tempo e condições para que todos possam aprender de acordo com o perfil de cada aluno; pesquisar as deficiências e buscar estratégias escolares de sucesso; buscar apoio da família”.

Entrevista com P2- Professor 2

Investigadora: Qual sua concepção sobre Educação Inclusiva?

- “A Educação Inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica em defesa do direito de todos a uma educação de qualidade e de organização de um sistema educacional de ensino”.

Investigadora: Qual a sua carga horária de trabalho?

- “40 horas semanais”.

Investigadora: Quais as necessidades Educacionais apresentadas pelos alunos na sala inclusiva?

- “Na sala de aula que leciono as dificuldades que aparecem são: deficiência física, autismo e síndrome de down”.

Investigadora: Como era realizado o desenvolvimento das atividades pedagógicas com crianças com deficiência e como ele acontece nos dias de hoje?

- “Antes nós professores não dávamos muita assistência aos alunos com necessidades educacionais especiais, eles eram colocados nas salas de aulas só por colocar, mais na verdade não participavam de quase nada que acontecia naquele ambiente, eram como se não existissem. Hoje já é diferente, o ambiente é que tem que se adaptar ao aluno e não o aluno ao ambiente, na qual utilizamos metodologias inovadoras e diversificadas como mecanismo de incluir todos de maneira ativa no desenvolvimento das atividades”.

Investigadora: Qual sua formação inicial? Os órgãos responsáveis oferecem formações continuadas para equipe docente? Quais?

- “A formação inicial e continuada é essencial para dar suporte para elaboração da minha prática pedagógica, apesar de que antes não tinha nenhum conhecimento sobre o que realmente significava o termo educação

inclusiva. Fiquei tensa quando tive em minha sala de aula um aluno especial, onde não sabia o que fazer nem como lidar com ele, tive que pedir ajuda à direção da escola e à secretaria de educação para que me auxiliassem nessa nova missão. Os órgãos competentes raramente oferecem uma formação continuada sobre a temática, as vezes busco por conta própria me especializar”.

Investigadora: Apresente dificuldades encontradas para realizar seu trabalho em uma sala inclusiva, e quais as estratégias utilizadas para superar essas dificuldades?

- “As dificuldades são inúmeras, quando tive pela primeira vez uma criança com deficiência na minha sala de aula fiquei desesperada não sabia como trabalhar com ele, não sabia até que ponto eu poderia explorar as capacidades daquele aluno, até porque na escola os recursos para se trabalhar com alunos especiais são bem escassos”

Investigadora: Quais os recursos pedagógicos utilizados para favorecer o processo de ensino-aprendizagem dos alunos inclusos nas salas de ensino regular?

- “Sobre os recursos didáticos a escola não oferece o suficiente para que nós professores possamos aprimorar nossa metodologia, costumo trabalhar com jogos coloridos que as vezes eu e os próprios alunos confeccionamos em sala, livros táteis, e busco apoio também nos recursos tecnológicos procurando atividades diversificadas para que possa incluir os alunos com deficiência na rotina da sala de aula”.

Cite algumas propostas imprescindíveis para o âmbito educacional que sirvam de auxílio para a prática docente, sendo que a proposta de inclusão aconteça na sua integralidade.

- “Criar condições, estruturas e espaços para uma diversidade de educandos, bem como, os sistemas de ensino nas propostas educacionais”.

Entrevista com P3- Professor 3

Investigadora: Qual sua concepção sobre Educação Inclusiva?

- “A Educação Inclusiva é inserção de alunos com deficiência em salas de ensino regular, na qual o professor deve propor mecanismos para que esse aluno se sinta inserido e respeitado por todos que compõem o ambiente escolar”.

Investigadora: Qual a sua carga horária de trabalho?

- “40 horas semanais”

Investigadora: Quais as necessidades Educacionais apresentadas pelos alunos na sala inclusiva?

- “Antigamente os alunos com deficiência eram totalmente excluídos da sociedade e no ambiente escolar não era diferente, os alunos eram colocados lá como inúteis, incapazes de fazer algo produtivo. Hoje já podemos perceber que a sociedade esta se modificando, e com isso as pessoas com necessidades especiais vão tomando seu espaço social”.

Investigadora: Como era realizado o desenvolvimento das atividades pedagógicas com crianças com deficiência e como ele acontece nos dias de hoje?

- “Na minha concepção a formação inicial e continuada é de extrema importância para o desenvolvimento da minha prática docente, apesar do município não oferecer com frequência essas formações e muito mais raro é oferecer com essa temática. Para enriquecer minha prática busco muitas vezes textos na *internet*, artigos e assisto alguns vídeos aulas. Quando entra um aluno com alguma deficiência nova na sala em que estou trabalhando, procuro consultar os meus colegas para saber quais as metodologias que eles utilizavam, procuro também saber como é a relação dele com a família por se tratar de uma cidade pequena é bem mais fácil, e diante disso vou elaborando minhas próprias estratégias”.

Investigadora: Qual sua formação inicial? Os órgãos responsáveis oferecem formações continuadas para equipe docente? Quais?

- “Até hoje sinto muita dificuldade em trabalhar com crianças com deficiência até porque essa lacuna foi deixada desde minha formação inicial e a formação continuada apesar de considerar de extrema importância essas capacitações sobre essa temática é bem difícil acontecer. Sempre quando tenho um aluno com deficiência, aquela que nunca trabalhei, sempre procuro ajuda nos recursos tecnológicos, na literatura para que assim eu possa contribuir de maneira significativa na vida dessa criança”.

Investigadora: Apresente dificuldades encontradas para realizar seu trabalho em uma sala inclusiva, e quais as estratégias utilizadas para superar essas dificuldades?

- “Nas minhas aulas costumo realizar brincadeiras com a turma utilizando jogos, materiais recicláveis, recursos tecnológicos entre outros como meio de estimular a interação, o desenvolvimento motor e cognitivo de cada criança seja ela especial ou não”.

Cite algumas propostas imprescindíveis para o âmbito educacional que sirvam de auxílio para a prática docente, sendo que a proposta de inclusão aconteça na sua integralidade.

- “Para que a proposta de educação inclusiva aconteça na sua integralidade necessário estabelecer o respeito entre todos os cidadãos e principalmente em um ambiente educativo, precisamos cobrar por direitos como acessibilidade, suportes didáticos, pessoas de apoio, e serviços especializados para que todos que frequentarem esse espaço possam sair daqui orgulhosos e preparados para enfrentar uma sociedade preconceituosa e excludente”.